



Com descontos e parcelamentos, Estado regulamenta Refis Ambiental

O Governo do Estado regulamentou, por meio do Decreto 13.429/2026, as diretrizes do Programa Regulariza Paraná

(Lei nº 22.764/2025) na modalidade de créditos não tributários originados pelo Instituto Água e Terra (IAT), o chamado Refis Ambiental – o

órgão tem um passivo a receber estimado, sem correção monetária, em R\$ 185,8 milhões.

| Página 5

Paraná investe R\$ 50,2 milhões em novo centro de ciência, tecnologia e cultura em Irati

O governador Carlos Massa Ratinho Junior anunciou na quinta-feira (23) um investimento de R\$ 50,2 milhões para a implantação do Centro de Inovação e Tecnologia Terra dos Pinheirais, em

Irati, na região Centro-Sul. Os recursos são do Fundo Paraná, dotação constitucional administrada pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti). O projeto contempla a conclusão da obra do

Teatro Denise Stoklos, que estava paralisada desde 2010. O objetivo é que o novo espaço integre ações de ciência, tecnologia, inovação, arte e cultura para a população.

| Página 5

Com menos imposto e burocracia, Paraná tem o melhor ambiente de negócios do País

O Paraná lidera a mais recente edição do Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças, do programa Liberdade para Trabalhar, feito pelo Instituto Liberal de São Paulo (ILISP). O novo balanço leva em conta dados do primeiro trimestre de 2026 e traz o Estado mais uma vez na primeira colocação, consolidando-o como referência quando o assunto é um ambiente de negócios favorável tanto para empreendedores quanto para trabalhadores.

O ranking mede o número de atividades econômicas de baixo risco dispensadas de alvarás e licenças. Com 975 CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) liberados, o Paraná superou todos os outros estados. Em seguida, aparecem Goiás (962), Minas Gerais (945), Sergipe (936) e São Paulo (927).

E embora a lista foque especificamente na liberação de alvarás para mensurar a liberdade econômica dos estados, o desempenho paranaense vai além: revela o resultado de boas políticas de desburocratização e estímulo ao empreendedorismo, como explica o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara.

| Página 3

IAT emite Licença de Operação que autoriza funcionamento da Ponte de Guaratuba e acessos

Foto: SECOM



O Instituto Água e Terra (IAT) emitiu na segunda-feira (27) a Licença de Operação da Ponte de Guaratuba e dos acessos da PR-412 nas duas margens da Baía de Guaratuba, no Litoral do Paraná. A licença foi concedida ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), autarquia da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) responsável pela obra, e libera o funcionamento da ponte. | Página 3

Saúde

Na Semana Mundial da Imunização, Estado destaca que vacinas são pacto pela vida

Foto: Jonathan Campos/AEN



Sob o tema “Para cada geração, as vacinas funcionam”, é celebrada, entre os dias 24 e 30 de abril, a ‘Semana Mundial da Imunização’. A campanha de 2026 traz em sua temática o reforço da informação de que a vacinação não é apenas uma proteção individual, mas um escudo coletivo que garante um futuro mais saudável para crianças, adultos e idosos. | Página 2

Destaques

CMN libera linha de capital de giro a cooperativas de leite no Pronaf

As cooperativas da agricultura familiar que tenham como atividade principal a produção e o processamento de leite terão acesso temporário a uma linha de crédito para capital de giro. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na quinta-feira (23) a inclusão de cooperativas do segmento em dificuldades financeiras na modalidade de agroindústria do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). | Página 3

Museu da Sanepar abrirá também aos domingos a partir do dia 26

Museu do Saneamento da Sanepar passará a receber visitantes também aos domingos, a partir de 26 de abril. A ampliação do funcionamento atende uma solicitação do próprio público. O local funcionará de terça a domingo, das 9h às 17h, com entrada permitida até as 16 horas. Neste ano, o espaço já recebeu mais de 8 mil visitas, com uma média de 200 pessoas por dia. | Página 8

Na Semana Mundial da Imunização, Estado destaca que vacinas são pacto pela vida

Sob o tema “Para cada geração, as vacinas funcionam”, é celebrada, entre os dias 24 e 30 de abril, a ‘Semana Mundial da Imunização’. A campanha de 2026 traz em sua temática o reforço da informação de que a vacinação não é apenas uma proteção individual, mas um escudo coletivo que garante um futuro mais saudável para crianças, adultos e idosos.

As vacinas são consideradas um dos maiores avanços da ciência moderna. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a imunização previne de 3,5 milhões a 5 milhões de mortes anualmente em todo o mundo e, além de salvar vidas, pode evitar sequelas permanentes, como as decorrentes da paralisia.

“As vacinas funcionam à

Foto: Jonathan Campos/AEN



medida que permitem ao nosso corpo identificar o vírus ou bactéria invasores, sem o risco de contrairmos a infecção. Com esse contato com a vacina, nosso sistema imunológico produz anticorpos, que garantem que se formos expostos ao patógeno no futuro, as nossas células vão reconhecer esse invasor e iniciar a defesa”, explicou o secretário de Estado da Saúde, César Neves.

Ainda segundo o secretário, a Semana Mundial de Imunização é um chamado à população para atualização do esquema vacinal. “É um lembrete para verificar se a caderneta de vacinação está em dia. É uma iniciativa simples que reforça o compromisso coletivo com a saúde”, afirmou.

O Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde prevê vacinações essen-

ciais à coletividade, pois visam controlar doenças de alto risco para a saúde pública, algumas inclusive com histórico de surtos e epidemias.

As vacinas integrantes do Calendário são disponibilizadas gratuitamente em mais de 1.800 salas de vacinação em todo o Paraná. Entre as principais vacinas estão a BCG, que combate as formas graves de tuberculose; a vacina contra Hepatite B; a Pentavalente, que protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e Haemophilus influenzae b; as vacinas contra poliomielite, e Tríplice Viral, contra sarampo, caxumba e rubéola, e a vacina contra febre amarela, aplicada em regiões endêmicas. Para atualizar sua carteirinha, basta procurar a Unidade Básica de Saúde mais próxima. A vacinação é gratuita, segura e um direito de todos. (AENPR)

Publicidade Legal

Nova Olinda C Solar S.A.
CNPJ sob nº 23.414.549/0001-28
A Junta Comercial Do Estado De São Paulo - JUCESP
A/C Setor de Análise de Registro Mercantil
CARTA DE EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

Nova Olinda C Solar S.A., inscrita no CNPJ sob nº 23.414.549/0001-28, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Edifício Rochaverá Corporate Towers, Torre Crystal, CEP 04794-000, neste ato representada por seus representantes legais, vem, respeitosamente, à presença de V.Sas., declarar o quanto segue:

Em atendimento à exigência nº B.A. 3.200.711/26-7, formulada por essa Junta Comercial por ocasião da tentativa de registro da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2026, que deliberou sobre a reeleição da Diretoria, a Companhia esclarece:

A Companhia foi originalmente constituída e registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), sob o NIRE nº 33300318011, em 02 de outubro de 2015;

- Em 31 de maio de 2019, foi registrada ata de Assembleia Geral Extraordinária deliberando, dentre outras matérias, a transferência da sede para o Estado de São Paulo, ocasião em que a Companhia passou a ser registrada na JUCESP sob o NIRE nº 35300541693;
- Em 13 de julho de 2020, houve nova alteração de sede, desta vez para o Município de Curitiba/PR, passando a Companhia a ser registrada perante a Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR), sob o NIRE nº 41300307806;
- Em 02 de junho de 2025, a Companhia promoveu nova transferência de sede para o Estado de São Paulo, ocasião em que, por equívoco operacional, foi atribuído o NIRE nº 35300668138, sem a devida vinculação ao registro anteriormente existente.

Para fins de atendimento à exigência formulada por essa Junta Comercial, a Companhia informa que não localizou em seus arquivos os documentos originais referentes ao seu primeiro registro na JUCESP sob o NIRE nº 35300541693, os quais, após diligências internas, são considerados extraviados.

O extravio possivelmente decorre de mudanças ocorridas na estrutura societária da Companhia, incluindo a alteração de controle em 2019, não sendo possível precisar a data ou as circunstâncias exatas do ocorrido. A Companhia tem conhecimento de que foram registrados 6 (seis) atos societários no período em que esteve vinculada ao NIRE nº 35300541693, quais sejam:

- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2019, às 16h00, com a seguinte ordem do dia: (i) aceitação da renúncia dos diretores; (ii) eleição de novos membros da Diretoria; e (iii) alteração do endereço da sede social, com a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social;
- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2019, às 17h00, com a finalidade de aprovar a assinatura de Asset Management Agreement pela Companhia;
- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2019, às 10h00, com a finalidade de consolidar o Estatuto Social;
- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, às 10h00, com a seguinte ordem do dia: (i) aumento do capital social no montante de R\$ 154.794.584,81, com alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; (ii) alteração da denominação social; e (iii) consolidação do Estatuto Social;
- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2019, às 10h00, com a finalidade de consignar a renúncia de membro da Diretoria;
- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de julho de 2020, às 08h00, com a seguinte ordem do dia: (i) alteração do endereço da sede; (ii) alteração do objeto social; (iii) renúncia e eleição de membros da Diretoria; (iv) reforma do Estatuto Social; e (v) consolidação do Estatuto Social.

A Companhia declara, sob as penas da lei, que as informações acima prestadas são verdadeiras, comprometendo-se a apresentar quaisquer documentos adicionais que venham a ser localizados ou que venham a ser solicitados por essa Junta Comercial.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo (SP), 27 de abril de 2026.
Nova Olinda C Solar S.A. - Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Nova Olinda C Solar S.A. - Rui Zhu

Publicidade Legal

PRODIET		PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA S.A.					
		CNPJ: 08.183.359/0001-53					
As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalpolobrasil.com.br/publicacoes-legais .							
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 23/04/2026 sem modificações.							
Relatório da Administração:							
Senhores Acionistas - Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos interessados para quaisquer informações ou esclarecimentos que julgarem necessários. Curitiba (PR), 23 de abril de 2026.							
Balancos Patrimoniais - Encerrados em 31 dezembro (Em Milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante		82.951	95.828	Circulante		37.120	47.314
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	11.410	16.336	Fornecedores	11	20.133	18.560
Contas a Receber de Clientes	05	35.474	48.025	Empréstimos e Financiamentos	12	9.234	13.486
Estoques	06	32.343	29.844	Obrigações Sociais e Previdenciárias	13	4.399	4.712
Tributos a Recuperar	07	2.778	1.035	Obrigações Tributárias	14	3.154	3.655
Outros Créditos	08	946	588	Instrumentos Financeiros Derivativos	12	55	-
Não Circulante		53.668	35.012	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	16	138	6.885
Realizável a Longo Prazo				Outras Obrigações		7	16
Tributos Diferidos	23	585	-	Não Circulante		22.359	20.919
Imobilizado	09	52.967	34.855	Empréstimos e Financiamentos	12	15.765	15.493
Intangível	10	116	157	Obrigações Tributárias	14	4.247	4.541
				Tributos Diferidos	23	2.347	885
				Patrimônio Líquido	17	77.140	62.607
				Capital Social		61.490	3.690
				Reserva de Lucros		15.650	39.569
				Lucros Acumulados		-	19.348
Total do Ativo		136.619	130.840	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		136.619	130.840
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício em 31 de dezembro - (Em Milhares de Reais)							
Reserva de Lucros							
	Capital Social	Reservas de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Lucros à Disposição da Assembleia	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total	
31 de dezembro de 2023	3.690	39.569	-	-	5.348	48.607	
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	24.055	24.055	
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(3.246)	(3.246)	
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(6.809)	(6.809)	
31 de dezembro de 2024	3.690	39.569	-	-	19.348	62.607	
Aumento de Capital Social	57.800	(39.569)	-	-	(18.231)	-	
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	14.671	14.671	
Reserva Legal	-	-	734	-	(734)	-	
Dividendos Distribuídos conforme Estatuto (1%)	-	-	-	-	(138)	(138)	
Constituição de Reservas de Incentivos Fiscais	-	8.953	-	-	(8.953)	-	
Resultado a Disposição da Assembleia	-	-	-	5.963	(5.963)	-	
31 de dezembro de 2025	61.490	8.953	734	5.963	-	77.140	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Gabriel dos Passos Tortelli Diretor Presidente	Benjamin Olivier Pierre Ghislain Jacquot Diretor Financeiro	Gerson Falcão Contador - CRC(PR) Nº 047.585/O-7					

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro			
(Em Milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Receita Operacional Líquida	18	207.068	218.638
Custos dos Produtos e Mercadorias Vendidas		(127.946)	(137.538)
Lucro Operacional Bruto		79.122	81.100
Despesas Operacionais		(59.323)	(62.044)
Despesas Comerciais	19	(14.365)	(15.586)
Despesas Administrativas	20	(39.559)	(34.730)
Outras Receitas e Despesas	21	(5.399)	(2.247)
Equivalência Patrimonial		-	519
Resultado Antes dos Efeitos Financeiros		19.799	29.056
Resultado Financeiro	22	(2.651)	(3.539)
Receita Financeira		2.453	3.779
Despesa Financeira		(5.104)	(7.318)
Resultado Antes dos Impostos		17.148	25.517
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	23	(1.015)	(2.865)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23	(1.462)	(1.843)
Resultado Líquido do Exercício		14.671	20.809
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio		-	3.246
Resultado Líquido do Exercício		14.671	24.055
Resultado por Ação		0,24	6,52
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 De Dezembro Método Indireto - (Em Milhares de Reais)			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		2025	2024
Resultado Líquido do Exercício		14.671	24.055
Ajustado por:			
Depreciação e Amortização		1.205	1.102
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		613	140
Equivalência Patrimonial		-	(519)
Impairment Tributos a Recuperar		(35)	35
Instrumentos Financeiros Derivativos		55	-
Tributos Diferidos		877	1.843
Resultado Líquido do Exercício Ajustado		17.386	26.656
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais			
Contas a Receber de Clientes		11.938	(8.670)
Estoques		(2.499)	2.022
Tributos a Recuperar		(1.708)	409
Outros Créditos		(358)	1.679
(Aumento) Redução do Ativo		7.373	(4.560)
Fornecedores		1.573	(3.479)
Obrigações Sociais e Previdenciárias		(313)	1.004
Obrigações Tributárias		(795)	3.780
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio		(6.747)	4.304
Outras Obrigações		(9)	(197)
Aumento (Redução) do Passivo		(6.291)	5.412
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		18.468	27.508
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangível		(19.334)	(26.591)
Baixa de Investimento		-	(3.113)
Alienação de Ativos Imobilizados e Intangível		58	1.964
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(19.276)	(27.740)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Operações com Empréstimos e Financiamentos		(3.980)	10.736
Juros sobre Capital Próprio		-	(3.246)
Distribuição de Lucros		(138)	(6.809)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos		(4.118)	681
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.926)	449
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		16.336	15.887
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		11.410	16.336
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Expediente

Com menos imposto e burocracia, Paraná tem o melhor ambiente de negócios do País

O Paraná lidera a mais recente edição do Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças, do programa Liberdade para Trabalhar, feito pelo Instituto Liberal de São Paulo (ILISP). O novo balanço leva em conta dados do primeiro trimestre de 2026 e traz o Estado mais uma vez na primeira colocação, consolidando-o como referência quando o assunto é um ambiente de negócios favorável tanto para empreendedores quanto para trabalhadores.

O ranking mede o número de atividades econômicas de baixo risco dispensadas de alvarás e licenças. Com 975 CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) liberados, o Paraná superou todos os outros estados. Em seguida, aparecem Goiás (962), Minas Gerais (945), Sergipe (936) e São Paulo (927).

Embora a lista foque especificamente na liberação de alvarás para mensurar a liberdade econômica dos estados, o desempenho paranaense vai além: revela o resultado de boas políticas de desburocratização e estímulo ao empreendedorismo, como explica o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara. “O Paraná desenvolveu um ambiente de negócios ímpar em todo o Brasil baseado em um tripé que beneficia o trabalhador: menor carga tributária para o empreendedor, simplificação no processo de abertura de negócios e um cenário econô-



Foto: Albatross/ArquivoAEN

mico que permite o pleno emprego”, pontua. “Temos a combinação ideal e esse resultado ilustra isso”.

Para Ortigara, a questão tributária é um fator importante na equação da liberdade econômica. “De nada adianta apenas a liberação dos alvarás para os CNAEs se o imposto cobrado sobre eles inviabiliza o negócio”, explica. “Por isso, o Paraná se orgulha de trazer as melhores condições para apoiar o pequeno empreendedor”.

De acordo com um levantamento da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) a partir de informações gerais do Simples Nacional, o Paraná oferece a menor carga tributária para contribuintes do regime, com uma alíquota efetiva média do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 2,39% — valor abaixo da média nacional, que é de 2,81%. Atualmente, mais de 300 mil empresas são optantes desse regime simplificado em todo o Estado.

Esse alívio no bolso de quem empreende é, segundo o presidente da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), Marcos Rigoni, um dos principais atrativos do Estado para quem quer abrir um novo negócio. “A carga tributária reduzida é um dos grandes fatores que atrai o empreendedor para o Estado. E não só com o simples”, aponta.

A própria redução do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) beneficia o contribuinte, reduzindo o custo sobre as empresas — e isso é muito benéfico para quem está abrindo um novo negócio”.

Segundo Rigoni, a combinação de uma carga reduzida de impostos com um ambiente desburocratizado que simplifica a vida de quem quer abrir uma empresa são os principais diferenciais que o Estado oferece. “São fatores imprescindíveis para que o empreendedor acredite no Paraná”, afirma.

Segundo dados da Junta Comercial, o tempo médio para abertura de novas empresas no Paraná é consideravelmente menor do que a média nacional. Enquanto o restante do País precisa esperar cerca de 1 dia e 6 horas para abrir um novo negócio, o empreendedor paranaense resolve a burocracia em apenas 7 horas e 52 minutos.

Nesse sentido, o Descomplica Paraná se apresenta como um dos grandes responsáveis por toda essa agilidade. Como o próprio nome sugere, o programa atua como um poderoso aliado de quem quer empreender, simplificando o processo de abertura de empresas ao unificar processos e dispensando licenças e alvarás para atividades consideradas de baixo risco.

Por meio dele, por exemplo, o contribuinte consegue a liberação de órgãos como Instituto Água e Terra (IAT), Vigilância Sanitária, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil a partir de uma única solicitação. “Antes, era preciso esperar entre três a cinco meses para conseguir a licença dos cinco órgãos licenciadores. Agora, com a plataforma unificadora, você consegue todas elas de uma só vez em questão de minutos”, explica o chefe do Centro Estadual de Desburocratização, coronel Jean Rafael Puchetti Ferreira.

(AENPR)

Boletim Econômico e Empresarial Indicadores Econômicos – Brasil (20 a 26 de abril de 2026)

Indicador	Valor Aprox.	Leitura Estratégica
Dólar (USD/BRL)	R\$ 6,00 – R\$ 6,18	pres. por ruídos
Ibovespa	oscil.c/viés ofensivos	invest. seletivos
Selic	15,00% a.a.	juros lim. a expans.
Inflação (IPCA 12m)	4,3%	ainda ac. meta
PIB 2026 (proj.)	1,7%	cresc. ainda fraco

Notícias Relevantes da Semana

POLÍTICA MONETÁRIA MANTÉM FREIO SOBRE AS EMPRESAS

A semana foi marcada pela continuidade da percepção de que a política monetária seguirá restritiva por mais tempo.

- Entre os fatores observados:
- * deterioração fiscal persistente
 - * pressão cambial renovada
 - * instabilidade internacional
 - * expectativas ainda desancoradas em alguns setores
- Para o setor produtivo, isso significa:
- crédito mais caro
 - menor investimento
 - capital de giro pressionado
 - expansão postergada

O custo do dinheiro continua sendo um dos principais obstáculos à atividade empresarial.

Fiscal continua no centro do mercado

O debate sobre as contas públicas voltou a ganhar força.

Entre os principais pontos da semana:

- * dúvidas sobre cumprimento das metas fiscais
 - * aumento de pressões políticas por gastos
 - * receio sobre sustentabilidade da dívida
- Impactos imediatos:**
- dólar pressionado
 - juros futuros elevados
 - queda da confiança empresarial

O risco fiscal segue contaminando decisões econômicas de médio prazo.

Segurança jurídica continua preocupando investidores

O ambiente institucional permanece como fator sensível.

O mercado observa:

- * crescimento da judicialização econômica
- * decisões regulatórias imprevisíveis
- * aumento da insegurança contratual

Isso gera:

- maior custo jurídico
 - postergação de projetos
 - retração do investimento privado
- Sem previsibilidade institucional, o investimento se torna defensivo.

Cenário internacional aumenta pressão

O ambiente externo continua exigindo atenção.

Fatores monitorados:

- * juros elevados nas economias

centrais

- * tensões geopolíticas persistentes
- * volatilidade das commodities
- * desaceleração global moderada

Reflexos no Brasil:

- fluxo estrangeiro mais seletivo
- pressão cambial
- aumento da volatilidade local

ENTRAVES ESTRUTURAIS SEGUEM PENALIZANDO AS EMPRESAS

Além da conjuntura da semana, persistem problemas antigos que continuam travando o setor produtivo.

Crédito estruturalmente caro

Mesmo fora de crises:

- * spreads bancários elevados
- * baixa concorrência financeira
- * dificuldade para PMEs

Impacto:

- menor investimento
- menor produtividade
- menor crescimento

Complexidade tributária

Persistem:

- * excesso de obrigações
- * custo administrativo elevado
- * insegurança interpretativa

Muitas empresas gastam energia para sobreviver ao sistema.

BUROCRACIA EXCESSIVA

Ainda pesam:

- * licenças demoradas
- * processos redundantes
- * lentidão regulatória

Resultado:

- aumento do custo operacional
- perda de competitividade
- Insegurança regulatória
- Mudanças frequentes em:
 - * regras
 - * interpretações
 - * exigências setoriais
- geram:
 - imprevisibilidade
 - retração empresarial

IMPACTO POR SETOR

Sistema Financeiro

- * crédito seletivo
- * spreads altos

Indústria

- * custos elevados
- * baixa competitividade

Varejo

- * consumo moderado
- * margens apertadas

Agronegócio

- * exportações resilientes
- * logística continua gargalo

Mercado de Capitais

- * captações seletivas
- * baixa disposição para risco

CMN libera linha de capital de giro a cooperativas de leite no Pronaf

As cooperativas da agricultura familiar que tenham como atividade principal a produção e o processamento de leite terão acesso temporário a uma linha de crédito para capital de giro. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na quinta-feira (23) a inclusão de cooperativas do segmento

em dificuldades financeiras na modalidade de agroindústria do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Na prática, essas cooperativas poderão contratar empréstimos para capital de giro até 30 de junho. Esse dinheiro é usado para manter as atividades do dia a dia, como comprar leite

dos produtores, processar os produtos e manter a operação funcionando.

Em nota, o Ministério da Fazenda explicou que a decisão busca apoiar cooperativas que enfrentam dificuldades financeiras no curto prazo, garantindo que continuem operando normalmente. Sem esse apoio, poderia haver atraso nos

pagamentos aos produtores, redução da produção e até perda de empregos locais.

A medida, informou a Fazenda, funciona como reforço de caixa emergencial, ajudando o setor a atravessar um período de dificuldades sem interromper a produção. (Agência Brasil)



Empresa especializada em trabalhos de **PERÍCIA GRAFOTÉCNICA** e de **FALSIDADE DOCUMENTAL**, seja no campo judicial ou extrajudicial, desenvolve trabalhos que visam determinar a autenticidade ou falsidade de assinaturas, rubricas ou textos. Também desenvolve análises para identificação de adulterações ou falsificações em documentos diversos. Consultoria ou atuação judicial de Assistência Técnica em processos cíveis, criminais e trabalhistas, nos casos de incidente de falsidade de assinaturas ou documentos. Os laudos periciais emitidos são elaborados a partir da aplicação de princípios reconhecidos na área de criminalística e na ciência forense.



IAT emite Licença de Operação que autoriza funcionamento da Ponte de Guaratuba e acessos

O Instituto Água e Terra (IAT) emitiu na segunda-feira (27) a Licença de Operação da Ponte de Guaratuba e dos acessos da PR-412 nas duas margens da Baía de Guaratuba, no Litoral do Paraná. A licença foi concedida ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), autarquia da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), responsável pela obra, e libera o funcionamento da ponte.

O documento estabelece requisitos básicos e uma série de condicionantes que devem ser atendidos durante a operação do empreendimento, de acordo com o previsto na Lei Estadual 22.252/24 e no Decreto nº 9.541/25. A Licença de Operação é a última etapa do processo de licenciamento ambiental da ponte, emitida após a finalização da obra.

Antes dela, o IAT já tinha liberado a Licença Prévia, prevista na etapa de planejamento, após a aprovação do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), elaborado em 2019; e a Licença de Instalação, quando foi autorizado o início das obras, com o cumprimento de uma série de ações previstas nos programas ambientais e no Plano Básico



Foto: SEM

sico Ambiental, apresentada em abril de 2024.

“O Instituto Água e Terra participou desde o início da obra, com a emissão de três tipos diferentes de licença ambiental. Concluímos o processo com a certeza de que o meio ambiente foi respeitado, que todas as condicionantes foram cumpridas e que essa ponte transformará ainda mais o Litoral do Paraná, promovendo, de fato, o desenvolvimento sustentável”, afirmou o secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável, Everton Souza.

Esta última etapa prevê a continuidade dessas ações durante toda a operação da ponte. As condicionantes incluem, por exemplo, a restrição do tráfego de veículos pesados e a proposição de um programa de recuperação de áreas degradadas, para que os locais que tiveram interven-

ção retornem às condições próximas às características originais do terreno.

Os resíduos sólidos gerados durante a fase de operação também deverão ser armazenados e destinados de forma ambientalmente correta, como prevê a legislação. Além disso, também estão previstos plano de emergência para eventuais acidentes que possam ocorrer durante a operação.

Outra preocupação é em relação à fauna local, com ações específicas de monitoramento de espécies residentes, como o boto-cinza, toninha, tartaruga-verde, mergulhões e guará, e as migratórias, como os pássaros bobo-pequeno e albatroz-de-bico-laranja. Também devem ser monitoradas espécies exóticas e invasoras e dos moluscos incrustados nas estruturas da ponte.

A Licença também pre-

vê uma análise de cenários para comparar o impacto do fim da atividade do ferry boat nos recursos pesqueiros, incluindo a produção de ostras, já que a Baía de Cabaraquara, que fica próxima ao empreendimento, é reconhecida pela qualidade de suas ostras.

Além disso, as condicionantes incluem ainda a apresentação, em até 90 dias, da proposta de conclusão do Programa de Diversificação das Atividades Econômicas Produtivas, voltado aos trabalhadores informais que exerciam atividades no ferry boat, e do Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais.

Aguardada há mais de 40 anos, a Ponte de Guaratuba será inaugurada pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior. O Governo do Estado investiu cerca de R\$ 400 milhões no projeto, que põe fim à travessia por ferry boat na baía, conectando as cidades de Matinhos e Guaratuba.

A ponte conta com mais de 1.240 metros de extensão, com quatro faixas de tráfego, duas faixas de segurança em cada sentido, calçadas com ciclovia e guarda-corpos. Considerando ainda os acessos terrestres nas duas entradas da ponte, a ponte abrange pouco mais de 3 quilômetros. (AENPR)

“Cão perito” do Paraná é um dos únicos especialistas em detecção de vestígios de sangue no Brasil

O trabalho pericial tem um aliado de quatro patas no Paraná. Treinado para detectar vestígios mínimos de sangue em cenas de crime, o Raman, um cachorro da raça pastor-belga, já se destaca como um recurso inovador — e altamente eficiente — no apoio às perícias. Segundo cão no Brasil preparado para esse tipo de atuação, ele acumula um histórico notório: atuou em 11 locais de crime e contribuiu positivamente em todos.

“A diferença do trabalho do cão para as outras tecnologias é essa: o ambiente pode ser grande e a varredura dele é muito eficiente. Às vezes o local é muito grande, a mancha é muito pequena, ou está escondida, ou já tentaram limpar, então fica difícil para o perito encontrar visualmente”, afirma a perita oficial da Polícia Científica do Paraná (PCIPR), uma das responsáveis pelo treinamento do cão, Viviane Zibe.

Na prática, o trabalho do Raman funciona como um direcionador da perícia. Ao marcar um ponto específico, ele orienta o perito, que então aplica técnicas como o uso de reagentes ou coleta de materiais para análise laboratorial. Quando se trata de objetos, como roupas ou armas, eles são recolhidos e enviados para confirmação em laboratório de genética.

Integrado à rotina, Raman é acionado sempre que há necessidade de localizar possíveis vestígios de sangue, especialmente em situações em que o trabalho humano enfrenta limitações. A dinâmica

começa com a solicitação da Polícia Civil ao perito de local, que, diante de cenários complexos ou de difícil análise, pede o apoio do cão.

Os resultados até agora reforçam a eficácia do perito de quatro patas. Em buscas realizadas em veículos, residências e até em uma área de mata, Raman apresentou um índice de acerto total. Em quatro carros analisados, indicou corretamente a presença de sangue em um deles — confirmado posteriormente — e não sinalizou nos outros três, onde nada foi encontrado.

Já em outras ocorrências em cinco casas diferentes, marcou positivo para sangue em quatro, todas com confirmação posterior, e não indicou vestígios em uma, onde também não havia sangue.

O desempenho de Raman é resultado de um treinamento longo e contínuo, iniciado ainda em sua chegada à instituição, em 2023. O processo começou com etapas de obediência e adaptação, fundamentais para o controle em campo, e evoluiu para um preparo específico na detecção de sangue, dividido em fases. Primeiro, o cão foi exposto ao odor por alguns meses; depois, passou a identificar o cheiro em diferentes estímulos controlados; e, por fim, avançou para buscas em ambientes variados, com vestígios ocultos.

O treinamento segue em aprimoramento constante, acompanhando a complexidade das situações encontradas nas perícias.

(AENPR)

Paraná se mantém no topo dos estados que mais crescem no Brasil, aponta Banco Central

De dezembro de 2025 a fevereiro de 2026, a atividade econômica do Estado do Paraná cresceu 1,6%, segundo dados do Banco Central divulgados na última sexta-feira (24). Eles são do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) e foram organizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades). Esse resultado, ajustado sazonalmente, é o melhor entre os estados da região Sul, o segundo melhor do Brasil e superior à média do País (1,1%).

Comparado com o resultado do período de setembro a novembro de 2025 (trimestre imediatamente anterior), a atividade econômica do Rio de Janeiro cresceu 2,8%, do Paraná, 1,6%, Espírito Santo, 1,2%, São Paulo, 0,9%, e Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 0,5% cada. No âmbito do País, foi contabilizado crescimento da ordem de 1,1%. Bahia (-1,6%) e Goiás (-0,1%) apontaram queda no IBCR.

Jorge Callado, diretor-presidente do Iparades, ressalta que o crescimento do Paraná decorre das políticas implementadas nos últimos anos e de um bom ambiente econômico. Ele também cita os bons números de setores-chave da economia, como o

comércio. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) de fevereiro apontou o Paraná na liderança do crescimento do setor em todo o País e no maior patamar de circulação de vendas da história da série do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em janeiro de 2000.

“Inúmeros empreendimentos de grande porte, principalmente do segmento industrial, foram atraídos no período recente, por conta das favoráveis condições da infraestrutura logística e do elevado capital humano aqui encontrado”, afirma. “Ademais, não há dúvida de que o adensamento econômico promovido recentemente resultou em ganhos sociais, que podem ser comprovados pela condição de pleno emprego hoje observada. Isso impacta diretamente o comércio e os serviços. A safra e as exportações em alta também ajudaram”.

O IBCR é uma prévia do PIB. Em 2025 a economia do Estado cresceu 2,8%, superando a taxa de 2,3% que foi registrada pela economia brasileira. O resultado é 22% acima do desempenho do País. A alta da economia do Paraná decorreu das taxas de crescimento da agropecuária e dos serviços. (AENPR)

Publicidade Legal

Lucas Eduardo Dalcanale

Leiloeiro Oficial - Matrícula: 20/319L - Jucepar
www.donhaleiloes.com

140 Veículos

41 3134-3450

COLISÃO - ROUBO/FURTO
ENCHENTE E
VEÍCULOS EM FIM
DE VIDA ÚTIL

ONLINE
LEILÃO dia 28/04/2026

TERÇA-FEIRA

Leilão 14h00

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2 FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 4 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 SI0: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 STRALIS 2012 2013 SUPER 2009 TORO 2019 2020 8 UNO: 2010 2011 2005 2006 2013 2011 2012 1991 1990 1993 2013 2014 VECTRA HATCH 2011 VERSA 2012 2013 VERSAILLES 1994 1995 VIRTUS 2018 2019 VOYAGE 2014 2015 WEB 2005 XJ6 2013 2013 YARIS 2019 2020 YBR 125 2007

Nº dos Chassis: Normal 54022691 Normal 1B215613 Normal 2P063380 Normal 3C213372 Normal 4R025265 Recortado 51001488 Normal 54104719 Recortado 5M211530 Normal 7B230933 Normal 8B306280 Normal 8B557410 Normal 8L430536 Normal 8P001011 Normal AA468182 Normal AA516376 Normal AB506302 Normal AG132436 Normal AJ415402 Normal AP091908 Normal B4072214 Normal B4348131 Normal B5722550 Normal BB006920 Normal BG504992 Normal BJ344879 Normal BJ523969 Normal BJ656408 Normal BP092681 Normal BP114041 Recortado C4708720 Normal CA656197 Normal CB565192 Normal CG344507 Normal CJ004538 Normal CJ867355 Normal DK207313 Normal CS549968 Normal D4139650 Normal D4185428 Normal D8404185 Normal D8814280 Normal DA028807 Normal DA238395 Normal DB410882 Normal DG179590 Normal DR117078 Normal DR700137 Normal E2132489 Normal E2138014 Normal E3865750 Normal E4101776 Normal EB509116 Normal EB521675 Normal EB547234 Recortado EL789358 Normal EP276089 Normal ET317429 Normal F3225276 Normal F3234682 Recortado F4094318 Normal FB009785 Normal FG011025 Recortado FGI37881 Normal G2112113 Normal GB002889 Normal GB050355 Normal GB170699 Normal GB512046 Recortado GG292477 Normal GK030392 Normal GR204278 Normal GT200474 Normal GT538239 Normal GU291201 Normal H3322088 Recortado H8397927 Recortado HJ600450 Normal HN024901 Normal HP013233 Normal HP032151 Normal JB036994 Normal JB045820 Normal JFS00944 Normal JG107051 Normal JKH86106 Normal JT144763 Normal JT204051 Normal JZ121364 Normal JZ219775 Normal K0091063 Recortado K8277033 Normal K8744274 Recortado KA020613 Normal KG273995 Normal KR905176 Normal KU031838 Normal L4002986 Recortado LM103186 Normal LS014592 Normal LS057175 Recortado LY689828 Normal MA426681 Normal MB202187 Recortado MB210199 Normal MK335345 Normal MP005863 Normal NA630088 Normal NG141911 Normal NJ009561 Recortado NJ805199 Normal P0078610 Normal P8955619 Normal PKF05899 Normal R0076834 Recortado R8263077 Normal RB307371 Normal RG131416 Normal RJ401364 Normal RK626039 Recortado RKF65978 Normal RM000178 Normal RM000480 Normal RP453305 Normal RP561579 Recortado RS000159 Recortado RS000343 Normal S2471822 Recortado S9900123 Normal SB033518 Descaracterizado SC704147 Normal SR004414 Normal SR223442 Normal T4001667 Normal TG531921 Normal TMCN2495 Normal TMD01547 Normal TP032724 Normal TX001311 Normal TY201798 Normal TYC60546

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATACÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO, MIGUEL DONHA JR - LEILOEIRO OFICIAL - JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MÉRAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450 (CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

Paraná investe R\$ 50,2 milhões em novo centro de ciência, tecnologia e cultura em Irati

O governador Carlos Massa Ratinho Junior anunciou na quinta-feira (23) um investimento de R\$ 50,2 milhões para a implantação do Centro de Inovação e Tecnologia Terra dos Pinheirais, em Irati, na região Centro-Sul. Os recursos são do Fundo Paraná, dotação constitucional administrada pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti). O projeto contempla a conclusão da obra do Teatro Denise Stoklos, que estava paralisada desde 2010. O objetivo é que o novo espaço integre ações de ciência, tecnologia, inovação, arte e cultura para a população.

Foto: Divulgação



A iniciativa conta com a parceria da Prefeitura de Irati. O futuro centro tecnológico ocupará uma área de 8.654 metros quadrados e será estruturado para funcionar como um hub regional de ciência, inovação e cultura, atendendo a uma demanda histórica da região. O empreendimento contará

com ambientes de co-working, incubação e aceleração de startups, laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (P&D), salas para capacitação e auditórios. A obra terá duração de três anos, com entrega prevista para o primeiro semestre de 2029.

“Vamos trocar uma obra inacabada por um grande projeto de inovação. O Governo do Paraná está olhando para o futuro das cidades e a integração com academia e o setor produtivo. Esse é o papel também da Fábrica de Ideias de Curitiba, do Parque Tecnológico da UEL em Londrina e de outros espaços que

estamos apoiando no Interior”, disse Ratinho Junior.

Segundo o secretário estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, Aldo Nelson Bona, a retomada dessa obra representa um marco para o desenvolvimento regional. “Este é um momento histórico para Irati e região porque estamos concluindo uma obra que ficou paralisada por mais de uma década e entregando à população um equipamento que vai potencializar a vocação do território para a pesquisa e a cultura em um ambiente planejado para gerar oportunidades para as fu-

turas gerações”, afirmou.

“Irati está se tornando um local que inspira a geração de novos negócios a partir do conhecimento. O novo complexo tecnológico é essencial para aproveitar cada vez mais o potencial das instituições de ensino superior aqui, assim como contribuir para que a juventude da região possa criar, empreender, inovar e ajudar a gerar desenvolvimento”, disse.

O município de Irati apresentou uma contrapartida de R\$ 8 milhões, sendo R\$ 450 mil para a elaboração do projeto executivo de engenharia. O valor restante corresponde ao terreno onde o empreendimento será construído. A Prefeitura também cederá a equipe técnica para o acompanhamento e a fiscalização das obras, além de atuar na articulação institucional com universidades, institutos de pesquisa e o setor produtivo empresarial. (AENPR)

Com descontos e parcelamentos, Estado regulamenta Refis Ambiental

O Governo do Estado regulamentou, por meio do Decreto 13.429/2026, as diretrizes do Programa Regulariza Paraná (Lei nº 22.764/2025) na modalidade de créditos não tributários originados pelo Instituto Água e Terra (IAT), o chamado Refis Ambiental – o órgão tem um passivo a receber estimado, sem correção monetária, em R\$ 185,8 milhões.

Na prática, a nova legislação permite que pessoas com dívidas decorrentes da aplicação de infrações administrativas (Autos de Infração Ambiental), possam quitar as multas, incluindo aquelas inscritas em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), com desconto e de forma parcelada – há uma série de restrições para quem está com pendências relativas ao meio ambiente, como a impossibilidade de contratação de financiamentos bancários, entre outros. O IAT é vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest).

“Essa é uma ação do Governo do Estado que já acontece em outras áreas, como a tributária, por exemplo. Buscamos um modelo em que o órgão ambiental possa receber o que lhe é devido, mas de uma maneira que permita à população honrar com a dívida, por isso os descontos e o parcelamento”, afirma o secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável, Everton Souza.

De acordo com o Decreto, os débitos inscritos em dívida ativa pela Sefa, com efetivação até 4 de novembro de 2025 (data em que a Lei entrou em vigor), podem ser pagos em parcela única, com redução de 50% do valor principal e de 90% dos encargos moratórios incidentes sobre o valor principal.

Há, ainda, duas opções de parcelamento. Em até 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com diminuição de 40% do valor principal e 50% dos encargos moratórios incidentes, ou em até 60 parcelas mensais, com

redução de 20% do montante principal e de 40% dos encargos.

Para aderir ao benefício, porém, o devedor deverá comprovar o cumprimento da reparação de dano ambiental, com formalização do Termo de Compromisso de Recuperação/Reparação do Dano Ambiental (TCRD) ou já ter elaborado e firmado o Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD) por meio do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA).

“Promover a reparação ambiental, a recuperação da natureza, é a condicionante principal para quem quer aderir aos benefícios do programa”, destaca Souza.

Já em relação aos débitos originados pelo IAT que não estão inscritos em dívida ativa pela Sefa, mas com decisão administrativa transitada em julgado, o benefício se dá nas seguintes condições: em parcela única com até 60% de desconto no valor dos encargos moratórios incidentes sobre o valor principal; em até 24 parcelas mensais, com redução de 50%; e em até 60 meses, com dedução de 40%. A adesão precisa ser solicitada por meio de requerimento próprio, via sistema estadual.

A medida não vale para Autos de Infração Ambiental com parcelamento ativo junto ao IAT ou já beneficiados pelo Programa de Conversão de Multas Ambientais.

Ainda segundo a peça jurídica, não será admitida a adesão ao Programa Regulariza Paraná de débitos com origem em infração ambiental em que decorrer morte humana; o atuado constar no cadastro oficial de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão; no ato de fiscalização forem constatados indícios de que o atuado explore trabalho infantil; ou quando a infração for praticada mediante abuso, maus-tratos ou emprego de métodos cruéis no manejo de animais. (AENPR)

Publicidade Legal

Luiz Rafael Lemuchi de Lima
Leiloeiro Oficial - Matrícula: 20/315L - Jucepar
www.donhaleiloes.com

233 Veículos

41 3134-3450

COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

ONLINE
LEILÃO dia 28/04/2026
TERÇA-FEIRA
Leilão 10h30

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2 FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 4 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 STRALIS 2012 2013 SUPER 2009 TORO 2019 2020 8 UNO: 2010 2011 2005 2006 2013 2011 2012 1991 1990 1993 2013 2014 VECTRA HATCH 2011 VERSA 2012 2013 VERSAILLES 1994 1995 VIRTUS 2018 2019 VOYAGE 2014 2015 WEB 2005 XJ6 2013 2013 YARIS 2019 2020 YBR 125 2007

Nº dos Chassis: Recortado 58697179 Normal 73278664 Normal Normal IM156840 Recortado 2T095077 Normal 44005044 Recortado 4J444227 Normal 4T109392 Normal 50043492 Normal 54640337 Recortado 5g115610 Normal 68446293 Normal 68640861 Normal 68702628 Normal 74039372 Normal 81J04564 Recortado 8r138210 Recortado 95026973 Normal 9L000579 Normal 9M021439 Normal 9P067693 Normal A2091623 Normal AB039384 Normal AB040165 Normal ab127314 Normal AG505484 Normal AJ476459 Normal AZ200645 Normal B1147915 Normal B1539826 Normal B4391393 Normal B5727041 Normal B7357031 Normal BB322249 Normal BBB63034 Normal BL394234 Normal BR503891 Normal BT014783 Normal BZ115879 Normal C5283894 Normal C7146201 Normal CB002553 Normal CB208704 Normal CB580016 Normal CR134183 Normal CR150367 Recortado CR801513 Normal CU277585 Recortado CZ201353 Normal D4083638 Normal D4103007 Recortado DC123495 Normal DE807730 Normal DG233624 Normal DJ525454 Normal DL210281 Normal DM068756 Normal E8088048 Descaracterizado EA526829 Normal EB518657 Recortado EB726865 Normal EG023319 Normal EG317546 Normal EL963781 Normal e1970688 Normal ELA73571 Normal ER017403 Normal EU000890 Normal F7529487 Normal FB173309 Normal FM001981 Normal FT542581 Normal FZ311897 Descaracterizado G2111876 Normal GB180680 Normal GB202161 Normal GS033431 Descaracterizado H2136084 Normal H2295512 Remarcado H2589314 Normal HFS00375 Normal HG214648 Normal HJ549549 Normal HP699169 Normal HT201672 Remarcado HT515180 Normal HZ101390 Normal J0252086 Normal J8108388 Normal J8145978 Normal JA202098 Normal JJ062235 Normal JM207983 Normal JN638461 Normal JZA00401 Normal K0004524 Recortado K3370625 Normal KBB00285 Normal KJ745619 Normal KKC12943 Normal KR443336 Normal KS536994 Normal KY287563 Normal L1816665 Normal L2101795 Recortado L2219615 Normal L3076450 Descaracterizado L4006385 Normal M0018897 Normal MBI186015 Normal ME575040 Recortado MM075918 Normal MMAB8555 Normal MP205195 Descaracterizado NA004919 Normal NKN04637 Normal NR001862 Normal NR050546 Normal NY795993 Normal NYL91967 Normal P0003530 Normal P4006554 Normal PG276903 Normal PJ335091 Normal PK000131 Normal PL807076 Normal PP026129 Normal PP232025 Recortado PT011137 Normal PU188749 Normal PY810335 Recortado PY836481 Normal PY871273 Normal PY871273 Normal PY883899 Normal PZ001400 Normal PZ2925615 Normal R0020720 Normal R1835168 Normal R1837376 Normal R4078933 Normal R8297322 Normal RA133471 Normal RB167913 Normal RB214015 Descaracterizado RB530595 Normal RC423669 Recortado RF140938 Normal RJ801678 Normal RJ857385 Normal RK567262 Normal RK602341 Recortado RP033570 Remarcado RP125746 Normal RP458984 Normal RP525056 Normal RP552922 Recortado RR054334 Normal RT605272 Normal RY935112 Normal RY950027 Normal RYB54958 Normal RYE54469 Normal S4048583 Normal S4094968 Normal S9277854 Normal SY99242 Normal S9905507 Normal SB154438 Normal SB241394 Normal SB241676 Normal SG114267 Normal SG206611 Normal SG207865 Normal SG251128 Normal SG266807 Normal SG268666 Normal SJ054803 Normal SM001154 Normal SMCD0690 Normal smch1331 Normal SP046513 Normal SP073141 Normal SP073397 Normal SP204298 Normal SP643714 Normal SP662220 Normal SP683192 Normal SP710861 Normal SP710952 Normal SP717053 Normal SP721092 Normal SR111241 Recortado ST022488 Recortado ST042741 Normal ST665421 Normal SU451391 Normal SYA22402 Normal SYA28309 Normal SYA33901 Normal SYA34779 Normal SYA35423 Normal SYA35601 Normal SYA36396 Normal SYF90529 Normal SYN41317 Normal SYN66946 Normal SYN83960 Normal SYP07008 Normal SYS96101 Normal T0019100 Normal T4001065 Normal T4002134 Normal T4003878 Recortado T5833976 Normal TDA55077 Normal TDB08579 Normal TG125260 Normal TJ232725 Normal TP048301 Normal TP002127 Normal TT003541 Normal TYP34571 Normal TYP36024 Normal TYP36756 Normal TYP37707 Normal TYP40768 Normal TYP41072 Normal TYP41327 Normal TYP43948 Normal TYP45283 Normal W0561390 Normal YA511052

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATACÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEILOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERA-MENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 – BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450
(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 11.489.312/0001-27 - NIRE 353.006.694.52

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2026.

Data, Horário e Local: Realizada em 19 de março de 2026, às 08h00, na sede social da Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochaverá, Torre Crystal, CEP 04794-000.

Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, com base no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), face à presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença dos Acionistas.

Mesa: Presidente: Bin Ma; Secretário: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha.

Ordem do Dia: (i) Reeleger o Sr. Bin Ma para o cargo de Diretor na Companhia; (ii) Reeleger a Sra. Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha para o cargo de Diretor da Companhia; e (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações acima.

Deliberações: Inicialmente, a única acionista da Companhia aprova a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão de sua assinatura, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei das S.A. Ato contínuo, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue: (i) Aprovar a reeleição do Sr. Bin Ma, chinês, casado, executivo, portador do RNM nº F674463-W, CPF/MF nº 802.284.609-05, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochaverá, Torre Crystal, CEP 04794-000, para o cargo de Diretor; (ii) Aprovar a reeleição da Sra. Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de habilitação nº 03086278489 emitida pelo Detran/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 033.737.689-18, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochaverá, Torre Crystal, CEP 04794-000, para o cargo de Diretor; Adicionalmente, a Companhia informa que ambos os Diretores ora designados: (i) exercerão o mandato por 1 (um) ano, com início nesta data e término em 19 de março de 2027, sendo permitida a reeleição; e (ii) tomarão posse em seus cargos mediante termo lavrado no livro próprio, após declaração de que não são impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, em observância às disposições do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 (Anexo I). (iii) Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários para cumprir as deliberações tomadas acima.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Assinaturas: Presidente da mesa: Bin Ma; Secretária da mesa: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Acionista: CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., por Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Bin Ma, Diretores. *Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.*

São Paulo, 19 de março de 2026.

Mesa:

BIN MA - Presidente da Assembleia, SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA - Secretária da Assembleia

Acionista:

CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., BIN MA - Diretor e SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA - Diretor.

(Anexo I da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Atlantic Energias Renováveis S.A.,

realizada em 19 de março de 2026).

TERMO DE POSSE

Por este instrumento, o Sr. Bin Ma, chinês, casado, executivo, portador do RNM nº F674463-W, CPF/MF nº 802.284.609-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochaverá, Torre Crystal, CEP 04794-000, toma posse do cargo de Diretor, da ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.489.312/0001-27 ("Companhia"), pelo prazo de mandato de 1 (um) ano, com início nesta data e término em 19 de março de 2027. Por força da assinatura deste termo, o Sr. Bin Ma é investido no cargo de Diretor da Companhia, dele tomando posse e assumindo todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela legislação aplicável e pelo Estatuto Social da Companhia, e indica o endereço acima como o do domicílio no qual deverá receber citações e intimações em eventuais processos administrativos ou judiciais relativos a atos de sua gestão, nos termos do parágrafo 2º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76. O Sr. Bin Ma declara para os fins do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer o cargo de Diretor, seja por determinação de lei especial ou em virtude de condenação criminal ou, ainda, por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; bem como que atende ao requisito de reputação ilibada e que não ocupa cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, e não tem, nem representa interesse conflitante com o da Companhia.

São Paulo, 19 de março de 2026.

Bin Ma - Diretor

TERMO DE POSSE

Por este instrumento, a Sra. Sílvia Helena Carvalho Vieira Da Rocha, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira de Habilitação nº 03086278489, Detran/PR, inscrita no CPF/MF nº 033.737.689-18, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochaverá, Torre Crystal, CEP 04794-000, toma posse do cargo de Diretor, da ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.489.312/0001-27 ("Companhia"), pelo prazo de mandato de 1 (um) ano, com início nesta data e término em 19 de março de 2027. Por força da assinatura deste termo, a Sra. Sílvia Helena Carvalho Vieira Da Rocha é investida no cargo de Diretor, dele tomando posse e assumindo todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela legislação aplicável e pelo Estatuto Social da Companhia, e indica o endereço acima como o do domicílio no qual deverá receber citações e intimações em eventuais processos administrativos ou judiciais relativos a atos de sua gestão, nos termos do parágrafo 2º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76. A Sra. Sílvia Helena Carvalho Vieira Da Rocha declara para os fins do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, sob as penas da lei, não estar impedida de exercer o cargo de Diretor, seja por determinação de lei especial ou em virtude de condenação criminal ou, ainda, por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; bem como que atende ao requisito de reputação ilibada e que não ocupa cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, e não tem, nem representa interesse conflitante com o da Companhia.

São Paulo, 19 de março de 2026.

Sílvia Helena Carvalho Vieira Da Rocha

Diretor

Arquivado na JUCESP, sob o protocolo nr. 0.894.839/26-3, em 26/03/2026, e selo 139.653/26-0 por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 11.489.312/0001-27 - NIRE 353.006.694.52

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2026.

Data, Horário e Local: Realizada em 30 de março de 2026, às 08h00, na sede social da Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, Salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Corporate Towers, Edifício Rochaverá, Torre Crystal, CEP 04794-000.

Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, com base no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), face à presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença dos Acionistas.

Mesa: Presidente: Bin Ma; Secretário: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha.

Ordem do Dia: (i) Autorizar a celebração, pela Companhia, do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Fiança nº 59.131, na qualidade de afiançada, a ser firmado com o Banco BOCOM BSM S.A., em favor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no valor estimado de R\$ 38.925.348,00 (trinta e oito milhões, novecentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais); (ii) Autorizar a assunção, pela Companhia, de todas as obrigações decorrentes do referido contrato, incluindo obrigações de pagamento, reembolso e encargos; (iii) Ratificar os atos praticados pela Diretoria até o momento; e (iv) Autorizar à Diretoria para a prática de todos os atos necessários à formalização e implementação da operação.

Deliberações: Inicialmente, a única acionista da Companhia aprova a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão de sua assinatura, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei das S.A. Ato contínuo, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia deliberou, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue:

(i) Autorizar, nos termos do artigo 9º, inciso XIX, do Estatuto Social da Companhia, a celebração do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Fiança nº 59.131, a ser firmado entre a Companhia, na qualidade de AFIANÇADA, e o BANCO BOCOM BSM S.A., na qualidade de FIDOR, em favor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no valor estimado de R\$ 38.925.348,00 (trinta e oito milhões, novecentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais); (ii) Consignar que a fiança tem por objeto garantir, de forma pecuniária, o cumprimento, pela Companhia, de todas as obrigações principais e acessórias decorrentes do pagamento dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), a serem assumidas perante o ONS, incluindo eventuais multas e penalidades, conforme previsto no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão a ser celebrado e no Parecer de Acesso nº DTA-2026-PA-0011-R0. (iii) Autorizar a Companhia a assumir todas as obrigações previstas no referido contrato de fiança, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento de comissões, encargos, reembolsos ao fiador em caso de execução da garantia, bem como demais obrigações acessórias previstas no instrumento. (iv) Ratificar todos os atos já praticados pela administração da Companhia relacionados à negociação e estruturação da operação ora aprovada. (v) Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários à formalização, implementação e cumprimento das deliberações ora aprovadas, incluindo a assinatura do contrato de fiança, seus eventuais aditivos, instrumentos correlatos e quaisquer documentos necessários, podendo, para tanto, constituir procuradores. (vi) Declarar que a presente aprovação atende integralmente ao disposto no artigo 9º, inciso XIX, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista que a operação envolve obrigação cujo valor excede o limite estatutário ali previsto.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Assinaturas: Presidente da mesa: Bin Ma; Secretária da mesa: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Acionista: CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., por Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Bin Ma, Diretores. *Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.*

São Paulo, 30 de março de 2026.

Mesa:

BIN MA - Presidente da Assembleia e SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA - Secretária da Assembleia

Acionista:

CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., BIN MA - Diretor e SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA - Diretor. Arquivado na JUCESP, sob o protocolo nr. 0.925.739/26-7, em 31/03/2026, e selo 153.692/26-1 por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CGN FUSION ENERGY SERVICE S.A.

CNPJ/MF nº 61.434.228/0001-84 - NIRE nº 35300667727

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2026

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 20 de março de 2026, às 07:30, na sede da CGN FUSION ENERGY SERVICE S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço Avenida Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Edifício Rochaverá Corporate Towers, Torre Crystal, CEP 04794-000 ("Companhia").

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas").

MESA: Presidente: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Secretário: Mingzhu Li.

ORDEM DO DIA: (i) Alterar o objeto social da Companhia, para incluir nova atividade; (ii) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a efetivação da deliberação acima; e (iii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, preliminarmente, autorizaram a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, nos termos do artigo 130 e seus §§ da Lei nº 6.404/76, e, ato contínuo, tomaram as seguintes deliberações: (i) Aprovar a alteração do objeto social da Companhia, a fim de incluir a nova atividade de prestação de serviços de armazenagem, guarda e depósito de mercadorias e equipamentos de terceiros, exceto armazéns gerais, incluindo a gestão e operação de instalações destinadas à armazenagem e movimentação de bens, com a consequente alteração da redação do Artigo 3º do Estatuto Social, mediante a inclusão do "item viii", que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social: *i. Prestação de serviços especializados de instalação, reforma, comissionamento, diligenciamiento, operação e manutenção de usinas produtoras de energias renováveis, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica incluindo serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; ii. Prestação de serviço de gestão e consultoria de operação e manutenção de usinas produtoras de energia renovável, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica; iii. Prestação de serviços de consultoria em engenharia para a operação, manutenção, desenvolvimento e construção usinas geradoras de energia renovável; iv. Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção, reparo, recondicionamento, inspeções, testes, ensaios, melhoria em equipamentos, sistemas e subsistemas vinculados a usinas produtoras de energia renovável, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica; v. Aluguel e venda, importação, exportação e revenda de máquinas, equipamentos e peças relacionadas à prestação de serviços acima ou de forma avulsa; vi. O exercício de outras atividades, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, vinculadas ao seu objeto social; vii. Promover treinamentos técnicos relacionados a operação e manutenção de usinas produtoras de energia renovável; e viii. Prestação de serviços de armazenagem, guarda e depósito de mercadorias e equipamentos de terceiros, exceto armazéns gerais, incluindo a gestão e operação de instalações destinadas à armazenagem e movimentação de bens."* (ii) Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos e assinar todos os documentos necessários ao cumprimento da deliberação acima. (iii) Consolidar o Estatuto Social, o qual passa a vigorar nos termos da minuta que constitui o Anexo I da presente Ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Presidente: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Secretário: Mingzhu Li; Acionista: CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., por Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha e Bin Ma, Diretores

Certifico que a presente ata é cópia fiel transcrita em livro próprio.

São Paulo, 20 de março de 2026.

Mesa: SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA - Presidente e MINGZHU LI - Secretário da Assembleia.

Acionista: CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA - Diretora e BIN MA - Diretor.

ANEXO I

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO 1. DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.

Artigo 1º. A Companhia tem a denominação de CGN FUSION ENERGY SERVICE S.A. e reger-se-á pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Edifício Rochaverá Corporate Towers, Torre Crystal, CEP 04794-000. **Parágrafo 1º.** Mediante deliberação da Assembleia geral, a Companhia poderá abrir ou encerrar filiais, armazéns e escritórios em qualquer ponto do território nacional e no exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social:

i. Prestação de serviços especializados de instalação, reforma, comissionamento, diligenciamiento, operação e manutenção de usinas produtoras de energias renováveis, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica incluindo serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; ii. Prestação de serviço de gestão e consultoria de operação e manutenção de usinas produtoras de energia renovável, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica; iii. Prestação de serviços de consultoria em engenharia para a operação, manutenção, desenvolvimento e construção usinas geradoras de energia renovável; iv. Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção, reparo, recondicionamento, inspeções, testes, ensaios, melhoria em equipamentos, sistemas e subsistemas vinculados a usinas produtoras de energia renovável, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica; v. Aluguel e venda, importação, exportação e revenda de máquinas, equipamentos e peças relacionadas à prestação de serviços acima ou de forma avulsa; vi. Exercício de outras atividades, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, vinculadas ao

seu objeto social; vii. Promover treinamentos técnicos relacionados a operação e manutenção de usinas produtoras de energia renovável. viii. Prestação de serviços de armazenagem, guarda e depósito de mercadorias e equipamentos de terceiros, exceto armazéns gerais, incluindo a gestão e operação de instalações destinadas à armazenagem e movimentação de bens

CAPÍTULO 2. CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), dividido em 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Parágrafo 1º. A emissão de ações da Companhia para integralização em dinheiro, bens e/ou créditos, far-se-á por deliberação da Assembleia Geral aplicando-se, quando couber, o disposto no art. 8º da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 2º.** Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá um único proprietário para cada ação. **Parágrafo 4º.** A titularidade das ações será presumida pela inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia. **Parágrafo 5º.** Na proporção das suas respectivas participações, os Acionistas terão direito de preferência na subscrição decorrentes de aumento do capital da Companhia e aquisição de ações do capital da Companhia, nas mesmas espécies ou classes que então possuírem e na proporção de suas respectivas participações. Deverá ser observado prazo de decadência de 30 (trinta) dias para exercício do direito de preferência.

Artigo 6º. Em caso de aumento de capital social, em decorrência da utilização de reservas e/ou fundos legais ou estatutários, assim como dos lucros que tenham sido, a qualquer título, retidos por decisão da Assembleia Geral, serão distribuídas novas ações a todos os Acionistas, ou será aumentado o valor das ações já possuídas, caso venham a ter valor nominal, proporcionalmente à quantidade destas, em cada exercício social que for encerrado.

Artigo 7º. Os titulares de ações ordinárias nominativas receberão, relativamente aos resultados do exercício social em que tiverem integralizado tais ações, dividendos proporcionais ao tempo que mediar entre a data da integralização e o término do exercício social.

CAPÍTULO 3. ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8º. A Assembleia Geral, com as funções e atribuições previstas em lei, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo 9º. A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria da Companhia, ou pelas pessoas indicadas de acordo com os artigos 123 da Lei nº 6.404/76, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por presidente e secretário escolhidos entre os Acionistas presentes. **Parágrafo 1º.** Será considerada regular aquela Assembleia à qual comparecerem todos os Acionistas, hipótese em que a convocação prévia será dispensada.

Artigo 10º. Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja Acionista, Diretor da Companhia, advogado ou instituição financeira. **Parágrafo 1º.** A prova da representação deverá ser depositada na sede da Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia.

Artigo 11º. As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas.

Artigo 12º. Os acionistas terão poderes para decidir todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral, conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas ou seus respectivos representantes representando a maioria do capital votante presente à Assembleia Geral. Além das matérias de aprovação determinadas pela Lei das Sociedades Anônimas, são de competência exclusiva da Assembleia Geral: (i) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (ii) Alteração do tipo empresarial da Companhia; (iii) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido ou requerimento de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou de qualquer de suas controladas; (iv) Fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações pela Companhia ou desta por outra sociedade, transformação ou reorganização societária de qualquer natureza envolvendo a Companhia ou qualquer de suas controladas incluindo projetos de inclusão de investidores estratégicos. (v) Recuperação de ações, repatriamento de capital, emissão de novas ações, cancelamento de ações já emitidas pela Companhia, desdobramentos, grupamentos, conversões, resgates, amortizações ou outras operações similares previstas na lei aplicável; (vi) Criação e emissão de ações preferenciais da Companhia; (vii) Aumento ou redução do capital social da Companhia; (viii) Retenção de lucros, criação de reservas estatutárias e a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração dos acionistas de forma diversa daquela prevista neste Estatuto Social; (ix) Prestação de garantias, hipotecas e penhoras, contratação, emissão ou concessão de empréstimos de qualquer tipo, emissão de títulos ou outros valores mobiliários (incluindo títulos conversíveis em ações) pela Companhia ou por qualquer uma de suas subsidiárias; (x) Prestação de garantias, hipotecas e penhoras, contratação, emissão ou concessão de empréstimos, emissão de títulos ou outros valores mobiliários (incluindo títulos conversíveis em ações) pela Companhia para suas subsidiárias; (xi) Alienação de ativos da Companhia e de suas subsidiárias; (xii) Provisão e baixa de ativos da Companhia e de suas subsidiárias; (xiii) Participação pela Companhia em consórcios ou joint ventures; (xiv) Eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia, e fixar-lhes as atribuições e remuneração individual anual, observado o que a respeito dispuser o Estatuto; (xv) Aprovação do orçamento anual da Companhia, plano de investimento anual e planos de ajuste intermediários; (xvi) Aprovar abertura e cancelamento de conta correntes em instituições financeiras; (xvii) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia; (xviii) Fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (xix) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; (xx) Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia e suas subsidiárias; (xxi) Aprovar as demonstrações financeiras anuais da Companhia. (xxii) Aprovar transações com partes relacionadas. (xxiii) Aprovar projetos de aquisição, joint ventures, parcerias e novos investimento inclusive os custos iniciais

relacionados. (xxiv) Aprovar plano de licitação de investimento estrangeiro da Companhia e suas subsidiárias; (xxv) Aprovar a criação de novas subsidiárias da Companhia; (xxvi) Aquisição e/ou investimento em bens imóveis para produção e uso indireto da Companhia e suas subsidiárias; (xxvii) Aprovar contratação de hedge de risco de dívida da Companhia e suas subsidiárias e outros planos envolvendo derivativos financeiros ou negócios de investimento; (xxviii) Doações externas da Companhia e suas subsidiárias;

Artigo 13º. A administração da Companhia competirá exclusivamente à Diretoria, nos termos deste Estatuto, sem a constituição de Conselho de Administração, conforme autoriza o artigo 138, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO 4. DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Artigo 14º. A Companhia será administrada por uma diretoria formada por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo por deliberação da assembleia geral. **Parágrafo 1º.** O mandato dos membros da diretoria será de 3 (anos) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 2º.** Os Diretores da Companhia deverão exercer suas respectivas atribuições sempre no sentido de observar os princípios adotados neste Estatuto Social, bem como de zelar pela fiel observância das normas legais, regulamentares e contratuais pertinentes às atividades da Companhia e de suas subsidiárias.

Artigo 15º. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Diretor empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo Único.** Os Diretores poderão ser destituídos a qualquer tempo, devendo permanecer em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Artigo 16º. Os Acionistas fixarão por deliberação unânime a remuneração dos membros da Diretoria.

Artigo 17º. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais da Companhia e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a tal finalidade, ressalvados os atos de competência da Assembleia Geral, conforme previsto em lei ou neste Estatuto.

Artigo 18º. A Diretoria reunir-se-á sempre que o interesse social assim o exigir. As atas das Reuniões da Diretoria serão transcritas no Livro de Registros de Atas de Reuniões de Diretoria. **Parágrafo 1º.** A reunião a que todos os membros estiverem presentes será considerada válida ainda que não tenha sido convocada na forma prevista neste Estatuto Social. Serão considerados presentes os membros da Diretoria que se manifestarem por voto escrito antecipado e por voto expresso por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registros de Atas de Reuniões de Diretoria da Companhia. **Parágrafo 2º.** Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19º. A Companhia não concederá financiamentos para seus Diretores ou empregados, assim como não garantirá dívidas de seus Diretores ou empregados.

Artigo 20º. A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, conjuntamente, por seus Diretores, ou ainda por procuradores nomeados, conforme o Parágrafo Único abaixo. **Parágrafo Único.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas, conjuntamente, pelos seus Diretores e terão prazo de validade determinado, sendo permitido o subestabelecimento. As procurações ad judicia outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos deverão ser assinadas conjuntamente, pelos Diretores, e poderão ter prazo de duração indeterminado, sendo permitido o subestabelecimento.

CAPÍTULO 5. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES

Artigo 21º. A transferência de ações da Companhia operará-se mediante transcrição no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia, ressalvado o direito de preferência dos demais acionistas, salvo se previsto diversamente em acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

CAPÍTULO 6. EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 22º. O exercício social coincidirá com o ano civil, levantando-se em 31 de dezembro de cada ano o balanço geral e demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 23º.** Do lucro líquido apurado da demonstração de resultado do exercício e definido pelo art. 191 da Lei nº 6.404/76:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados compulsoriamente na constituição da reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, observando-se o disposto no Capítulo XVI da Lei nº 6.404/76. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes da reserva de capital exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para reserva legal; e (ii) o saldo remanescente, após as deduções de que tratam o item "i" acima, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, podendo ser distribuído entre os Acionistas ou mantido, contabilmente, em reservas da Companhia para futuras destinações ou compensações em resultados futuros. **Parágrafo 1º.** A Companhia poderá levantar relatórios financeiros e balanços intermediários preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, podendo haver, inclusive, pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas.

CAPÍTULO 7. LIQUIDAÇÃO

Artigo 24º. A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei, e a sua liquidação será processada de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO 8. FORO

Artigo 25º. Quaisquer controvérsias ou disputas oriundas do presente Estatuto Social serão submetidas ao foro central da Comarca de São Paulo, São Paulo, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Arquivado na JUCESP, sob o protocolo nr. 0.910.026/26-9, em 30/03/2026, e selo 153.616/26-0, por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PERKONS S/A
CNPJ Nº 82.646.332/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
A Administração da Perkons S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Há mais de 34 anos, a Perkons atua com o propósito de tornar o trânsito mais seguro e humano. Consolidada como líder no maior mercado de fiscalização eletrônica de trânsito do mundo - o Brasil, a Companhia mantém trajetória consistente de impacto, estimando ter contribuído diretamente para a preservação de mais de 108 mil vidas ao longo de sua história. Sua atuação abrange os 27 estados brasileiros e mais de 500 municípios, refletindo escala operacional e compromisso contínuo com a segurança viária.

No exercício de 2025, a Perkons fabricou 467 equipamentos e implantou 232 novos equipamentos, correspondentes a 745 novas faixas monitoradas, ampliando sua presença e capacidade de atuação em diferentes regiões do país.

No campo comercial, foram celebrados oito novos contratos no período, sendo três com entes públicos e cinco com o setor privado. Adicionalmente, foram renovados 37 contratos, com índice de fidelização de 100% no setor público e 89% no setor privado, evidenciando a confiança dos clientes nas soluções e na qualidade dos serviços prestados.

O compromisso com a excelência no atendimento também se reflete na percepção dos clientes. Pelo segundo ano consecutivo, a Perkons alcançou um índice de satisfação de 97%, resultado consistente do esforço contínuo das equipes em entregar soluções confiáveis, eficientes e alinhadas às necessidades dos gestores públicos, operadores do sistema viário e usuários da

via em todo o território nacional.

A inovação permanece como eixo estruturante da estratégia da Companhia. Em 2025, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$7.488.017, correspondentes a 4,26% da receita líquida e 3,77% da receita bruta. Mesmo diante de um cenário de redução do faturamento no período, a Companhia ampliou proporcionalmente seus investimentos em P&D em 0,72 pontos percentuais, reforçando o compromisso estratégico com o desenvolvimento tecnológico e a evolução contínua de suas soluções.

Do total de atividades de desenvolvimento realizadas no período, 31% foram direcionadas à inovação, incluindo o desenvolvimento de quatro novos produtos e iniciativas de internacionalização. Destaca-se, o avanço de soluções voltadas à eficiência energética e sustentabilidade, com a evolução de tecnologias que ampliam a autonomia operacional dos equipamentos e reduzem a dependência de infraestrutura tradicional, alinhando-se às demandas contemporâneas de mobilidade inteligente.

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido e o Capital Social da Companhia totalizavam, respectivamente, R\$ 193.870 e R\$ 72.118.

A Administração agradece a confiança de acionistas, clientes, parceiros e colaboradores, reafirmando seu compromisso com a excelência operacional, a inovação e o protagonismo no desenvolvimento de soluções que contribuem diretamente para a preservação de vidas e a melhoria da mobilidade urbana.

Atenciosamente,
Administração da Perkons S.A.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Ativo circulante						Passivo e patrimônio líquido					
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.026	10.741	7.043	10.759	Passivo circulante					
Contas a receber de clientes	9	74.500	65.505	74.474	65.505	Obrigações com sócios participantes em SCPs	1	10.893	9.442	10.893	9.442
Estoques	10	21.107	19.130	21.107	19.130	Obrigações tributárias	11	10.263	12.062	10.310	12.058
Impostos a recuperar	11	6.704	3.977	6.704	3.977	Imposto de renda e contribuição social	12	995	2.186	995	2.186
Imposto de renda e contribuição social	12	140	47	140	47	Fornecedores	17	5.729	7.090	6.650	7.833
Outros créditos	13	9.083	12.109	9.083	12.109	Empréstimos e financiamentos	18	13.548	25.786	13.548	25.786
Total do ativo circulante		118.560	111.509	118.551	111.527	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		5.235	4.742	5.322	4.827
						Arrendamentos		1.443	1.415	1.443	1.415
Ativo não circulante						Adiantamento de clientes		4.505	5.831	4.505	5.831
Contas a receber de clientes	9	118.871	113.303	118.871	113.303	Outras contas a pagar	19	13.102	8.981	13.125	9.001
Outros créditos	13	13.405	10.953	13.405	10.953	Total do passivo circulante		65.713	77.535	66.791	78.379
Depósitos judiciais	20	9.430	-	9.430	-	Passivo não circulante					
Investimentos	14	4.444	4.721	5.588	5.602	Obrigações com sócios participantes em SCPs	1	9.480	9.532	9.480	9.532
Imobilizado	15	53.334	53.917	53.344	53.928	Obrigações tributárias	11	4.920	6.659	4.920	6.659
Intangível	16	11.370	8.422	11.376	8.429	Imposto de renda e contribuição social diferido	12	29.273	20.418	29.273	20.418
Total do ativo não circulante		210.854	191.316	212.014	192.215	Empréstimos e financiamentos	18	26.158	25.988	26.232	26.061
						Total do passivo não circulante		69.832	62.597	69.904	62.670
Total do ativo		329.415	302.825	330.565	303.742	Patrimônio líquido					
						Capital social	21(i)	72.118	62.200	72.118	62.200
						Reserva de capital	21(ii)	5.793	5.793	5.793	5.793
						Ajustes acumulados de conversão	21(vi)	283	365	283	365
						Reservas de lucros	21(iv)	115.676	94.335	115.676	94.335
						Total do patrimônio líquido		193.870	162.693	193.870	162.693
						Total passivo e patrimônio líquido		329.415	302.825	330.565	303.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Total Controladora
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	57.920	5.793	6.984	81.328	-	(774)	151.251
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.526	-	20.526
Aporte de capital	4.280	-	-	-	-	-	4.280
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	1.139	1.139
Destinação de lucros para a reserva	-	-	1.026	19.500	(20.526)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(14.503)	-	-	(14.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.200	5.793	8.010	86.325	365	365	162.693
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.168	-	36.168
Aporte de capital	9.918	-	-	-	-	-	9.918
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	(82)	(82)
Destinação de lucros para a reserva	-	-	1.808	34.360	(36.168)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(14.827)	-	-	(14.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	72.118	5.793	9.819	105.857	-	283	193.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Perkons S.A. ("Perkons", "Companhia" ou "Grupo") é uma sociedade por ações de capital fechado. A Companhia foi constituída em 18 de julho de 1991, tem sede na cidade de Pinhais - PR na Rua Inajá, nº 366, Centro, e tem por objetivo principal a exploração da atividade de prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização eletrônica de trânsito, informática, processamento de dados, fabricação e comercialização de máquinas industriais, aparelhos elétricos e eletrônicos em geral, equipamentos e softwares para gerenciamento de trânsito e afins, e a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista, parceira ou consorciada, importação e exportação de matérias primas, produtos acabados, tecnologia e serviços da área eletroeletrônica e telecomunicações.

Participações em Sociedades em Conta de Participação, Consórcios e outras Entidades
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Perkons participava, como sócia ostensiva, nas seguintes Sociedades em Conta de Participação ("SCP"):

- DER PE;
- CET VII;
- CET VIII;
- DETRAN PA;
- MACAPA;
- BELEM PA;
- CET RJ X;

As atividades de tais SCPs concentram-se, preponderantemente, em serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos, fiscalização e monitoramento de vias públicas, cujos condutores tenham transgredido disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

A Companhia é a sócia ostensiva em todas as SCPs listadas acima, possuindo assim o controle e responsabilidade sobre todas as participações nessas sociedades. A Sociedade em Conta de Participação é disciplinada pela Lei 10.406/2002 instituída pelo Código Civil, em seu art. 991. Desta maneira, os saldos ativos e passivos e de resultado passaram a ser somados aos saldos da Companhia, sendo o resultado referente aos demais participantes tratados como despesas no exercício.

O montante destacado no balanço patrimonial (Passivo de circulante e não circulante), no valor líquido de R\$ 20.373 (R\$ 18.974 em 2024), e no resultado do exercício no montante de R\$ 11.676 (R\$ 16.711 em 2024), conforme apresentado na nota explicativa 24, são compostos pela participação, lucros a transferir e resultados apurados atribuíveis aos demais sócios de sociedades em conta de participação, respectivamente, nas quais a Perkons é a sócia ostensiva.

A Companhia também participa de determinadas Sociedades em Conta de Participação ("SCP") na condição de sócia participante (sócia oculta), não exercendo a gestão, representação perante terceiros ou controle das operações, os quais são de responsabilidade exclusiva do sócio ostensivo, nos termos do art. 991 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

Nessas operações, considerando que a condução dos negócios e as obrigações perante terceiros competem ao sócio ostensivo, a Companhia reconhece estas participações como investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Perkons participava, como sócia participante, nas seguintes Sociedades em Conta de Participação ("SCP"):

SCP PERKONS BARBACENA
SCP PERKONS CARIACICA

SCP PERKONS CARUARU
SCP PERKONS TRANCON
SCP MINASTRANS
SCP VIA 040
SCP PERKONS LAVRAS
SCP PERKONS SANTA LUZIA
SCP PERKONS VESPASIANO
CET IX

Adicionalmente, a Perkons participa em consórcios diversos, cujas atividades concentram-se, também, de forma preponderante, no fornecimento de dados de tráfego para o sistema de informações de trânsito, serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos, fiscalização e monitoramento de vias públicas municipais, prestação de serviços de gestão eletrônica de veículos, cujos condutores tenham transgredido disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

Ainda, estas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ("Grupo") a seguir relacionadas:

Controladas	Atividade principal	Local de continuação e operação	Participação e capital votante detidos	Controle	
				2023	2022
Perkons Andina SAC Peru	Monitoramento de vias públicas	Peru	Direto	99%	99%
Perkons Sucursal Peru	Monitoramento de vias públicas	Peru	Direto	100%	100%

Em 2024, a Companhia realizou o teste de impairment em conformidade com o CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, e concluiu pela necessidade de constituir provisão no valor de R\$ 5.245 mil para perda no valor recuperável correspondente a 100% dos investimentos mantidos no Peru tendo em vista o encerramento dos contratos de licitação daquela unidade.

2 Base de preparação
Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 30 de abril de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pelas subsidiárias no Peru, para as quais a moeda funcional é o Soles. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	22	175.798	181.540	175.804
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(94.552)	(99.692)	(94.552)
Lucro bruto		81.246	81.848	81.252
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas	24	(18.093)	(21.823)	(18.310)
Despesas comerciais	24	(4.007)	(4.105)	(4.007)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	24	(3.825)	(5.134)	(3.825)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(4.456)	(12.356)	(4.241)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		50.864	38.431	50.869
Despesas financeiras	25	(8.340)	(9.230)	(8.345)
Receitas financeiras	25	7.551	27.337	7.551
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		50.075	56.538	50.075
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(9.548)	(15.406)	(9.548)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	(4.359)	(20.606)	(4.359)
Lucro líquido do exercício		36.168	20.526	36.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		36.168	20.526	36.168
Outros resultados abrangentes		(82)	1.139	(82)
Resultado abrangente do exercício		36.086	21.665	36.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		36.168	20.526	36.168
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	9.548	15.406	9.548
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	4.359	20.606	4.359
Depreciação e amortização	23/24	21.196	16.691	21.196
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	24	3.825	5.134	3.825
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	18	5.612	8.973	5.612
Provisão para perdas em estoques	10	-	1.732	-
Provisão para impairment e baixa de investimento	14	-	5.245	-
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	15/16	206	8.672	206
Atualização ativo contingente	9	(3.845)	(39.562)	(3.845)
Equivalência patrimonial	14	4.456	12.356	4.241
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		81.526	75.779	81.311
Variações nos ativos e nos passivos				
Contas a receber	9	(19.518)	(2.876)	(19.492)
Impostos a recuperar	11	(2.727)	439	(2.727)
Estoques	10	(1.978)	5.543	(1.978)
Outros créditos	13	574	(1.611)	574
Depósitos judiciais		(9.430)	1.409	(9.430)
Fornecedores	17	(1.361)	639	(1.183)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		492	1.023	495
Obrigações tributárias	11	5.934	(160)	5.985
Adiantamento de clientes		(1.326)	(406)	(1.326)
Outras obrigações		5.468	6.817	5.469
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	18	(5.612)	(8.973)	(5.612)
Pagamento de IRPJ e CSLL		(10.831)	(14.398)	(10.831)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		41.210	63.225	41.254
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Participações societárias	14	(4.179)	(13.251)	(4.228)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	15/16	(23.768)	(17.070)	(23.766)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(27.947)	(30.321)	(27.993)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital		9.918	4.280	9.918
Pagamento de dividendos	21(iv)	(14.827)	(14.503)	(14.827)
Captações de empréstimos	18	20.680	15.178	20.679
Liquidação de empréstimos - principal	18	(32.748)	(39.529)	(32.748)
Arrendamentos		-	(41)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(16.978)	(34.615)	(16.978)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(3.714)	(1.711)	(3.717)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	10.741		

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Amensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
• Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
• Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado. (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

6. Principais práticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a) Base de consolidação

i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii) Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o Grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o Grupo baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

c) Receita de contrato com clientes

A receita de contratos com clientes é reconhecida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, com base na transferência do controle dos bens ou serviços prometidos ao cliente, em montante que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A mensuração da receita considera os valores previstos contratualmente, líquidos de descontos comerciais, abatimentos, glosas, penalidades e tributos incidentes sobre vendas cobradas de terceiros. As principais naturezas de receita e seus respectivos critérios de reconhecimento estão descritos a seguir:

a) Receita de prestação de serviços

Refere-se, substancialmente, aos serviços de instalação, manutenção, operação assistida, monitoramento, suporte técnico e demais serviços correlatos contratados pelos clientes. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, considerando que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pela execução contratual.

Contratos faturados com base em boletins de medições, a receita é reconhecida conforme o estágio de execução apurado na data-base.

b) Receita de locação

Refere-se à disponibilização de equipamentos, sistemas, infraestrutura tecnológica e ativos correlatos para utilização pelos clientes durante prazo contratual determinado.

c) Receita de venda de bens e mercadorias

Refere-se à venda de equipamentos, peças, componentes, materiais e demais bens comercializados pelo Grupo.

A receita é reconhecida em determinado momento, quando o controle do bem é transferido ao cliente, o que normalmente ocorre na entrega física, aceite formal, instalação concluída ou conforme os termos de transferência de riscos e responsabilidades estabelecidos em contrato.

d) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, juros recebidos, descontos obtidos e ganhos com variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros sobre empréstimos, descontos concedidos e perdas com variação cambial.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente

reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se o ativo relativo for realizado, bem como, o passivo relativo apresentar liquidação.

g) Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas das operações estão sujeitas aos seguintes tributos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Table with 2 columns: Tributo and Alíquota (%). Rows include PIS - Programa de Integração Social (1,65%), COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (7,60%), ICMS - Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Serviços (19,5%), IPI - Imposto sobre Produto Industrializado (9,75%), and ISS - Imposto Sobre Serviços (2,00%).

h) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada, excluindo os impostos, quando recuperáveis e incluindo os gastos incorridos na aquisição de estoques, os custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condição atuais.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar vendas. O estoque de almoxarifado da Companhia e composto por custo de aquisição segundo o custo médio.

Os estoques são revisados periodicamente quanto à existência de itens de baixa movimentação, obsoletos, danificados ou sem expectativa de utilização e realização no curso normal dos negócios. Quando identificadas evidências de perda no valor recuperável, a Companhia constitui provisão para ajuste ao valor realizável líquido, com base em análises de giro dos estoques, histórico de consumo e vendas, idade dos itens e perspectivas de utilização futura. As perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e revertidas quando deixam de existir os motivos que as originaram.

i) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Table with 2 columns: Veículos, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Computadores e periféricos, Ferramentas e acessórios, Benfeitorias, and Outros. Corresponding rates are 20% a.a., 10% a.a., 20% a.a., 20% a.a., 10% a.a., 20% a.a., and 10% a.a.

j) Ativos intangíveis

i) Softwares

Os referidos intangíveis possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iv) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A taxa de amortização utilizada é a seguinte:

Table with 2 columns: Softwares, Projeto - desenvolvimento, Marcas e Patentes, and Outros. Corresponding rates are 20% a.a., 20% a.a., Indefinida, and 20% a.a.

k) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tomar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a) ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
• Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do Grupo;
• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
• Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
• Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se o Grupo realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

• Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando as informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

• O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

• As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

• As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

• Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

• Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

• A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

• O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes referentes a órgãos públicos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia identificou indícios de perda no valor recuperável dos investimentos mantidos no Peru, tendo, portanto, constituído a respectiva provisão para impairment. Para os demais grupos de ativos, como imobilizado, intangível e outros ativos não financeiros, não foram identificados indicadores que justificassem a constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

m) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e equivalentes de caixa com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

p) Arrendamentos

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de

direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas reavaliações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

• Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

• Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

• Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

• O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	6.451	2.238	6.468	2.257
Aplicações financeiras (i)	575	8.503	575	8.502
	7.026	10.741	7.043	10.759

(i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados diariamente com base na taxa Selic do último dia útil do mês. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

9. Contas a receber de clientes e valores a receber de consórcios

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Órgãos públicos				
Valores faturados	48.557	44.018	48.531	44.018
Valores a faturar (i)	25.801	16.652	25.801	16.652
Direitos contratuais (ii)	9.216	10.059	9.216	10.059
Valores faturados a receber de consórcios	5.653	5.322	5.653	5.322
Valores faturados a receber de partes relacionadas	-	355	-	355
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(14.726)	(10.901)	(14.726)	(10.901)
Total ativo circulante	74.500	65.505	74.474	65.505
Direitos contratuais - DNIT (iii)	118.871	113.303	118.871	113.303
Total ativo não circulante	118.871	113.303	118.871	113.303

(i) Refere-se a valores a faturar decorrentes de medições realizadas em radares apostos e faturados ao fim de cada mês.

(ii) Direitos contratuais: refere-se a valores referentes a medições de serviços prestados com os respectivos órgãos públicos, os quais encontram-se atualmente em discussão judicial.

(iii) Direitos contratuais registrados no ativo não circulante: refere-se a valores referentes a reajustes por serviços prestados com os respectivos órgãos públicos, os quais encontram-se, atualmente em discussão judicial. Considerando as movimentações recentes do processo, houve o reconhecimento judicial da mora administrativa em segunda instância, bem como a manutenção integral da condenação imposta ao DNIT pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). As principais teses defensivas foram afastadas, e as questões probatórias relevantes foram decididas de forma favorável a Perkons. À luz do atual estágio processual, no qual o mérito da demanda se encontra substancialmente definido, o restado essencialmente a etapa de liquidação e execução do valor, a Administração avalia que o êxito da demanda é altamente provável, uma vez que existem evidências robustas quanto ao direito material discutido, embora ainda subsistam medidas processuais formais pendentes.

As contas a receber de clientes faturados têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	12.177	12.601	12.151	12.601
Vencido até 360 dias	17.384	18.206	17.384	18.206
Vencido há mais de 360 dias	24.648	18.888	24.648	18.888
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(14.726)	(10.901)	(14.726)	(10.901)
Total	39.483	38.794	39.458	38.794

A perda por redução ao valor recuperável do contas a receber é constituída pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

A Companhia efetua análise qualitativa e quantitativa em sua carteira de clientes. Qualitativamente são analisados os perfis de acordo com a o comportamento e particularidades

individuais de cada cliente. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(10.901)	(5.767)
Constituição no exercício	(3.825)	(5.134)
Saldo no final do exercício	(14.726)	(10.901)

10 Estoques

O saldo é composto dos seguintes valores:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Produtos em elaboração	420	390
Almoxarifado	20.232	16.167
Estoques em poder de terceiros (a)	2.925	5.043
Provisão para perdas em estoques	(2.470)	(2.470)
	21.107	19.130

(a) Estoques em poder de parceiros comerciais para reposições emergenciais.

O Grupo avalia de forma recorrente a necessidade de constituição de provisão para perda em estoques.

A movimentação das provisões de estoques está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(2.470)	(738)
Constituição / reversão no exercício	-	(1.732)
Saldo no final do exercício	(2.470)	(2.470)

11. Impostos indiretos

O saldo de impostos é composto dos seguintes valores:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Ativo		
Cofins a recuperar	1.846	382
Pis a recuperar	428	-
IRRF	266	50
IRPJ estimativa	464	-
Saldo negativo	924	-
INSS a recuperar	886	1.165
Demais impostos federais a recuperar	-	430
Impostos sobre medições	580	661
Impostos diferidos consórcio Peru	1.236	1.195
Outros impostos	75	94
Ativo circulante	6.704	3.977

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo				
Cofins a recolher	3.830	3.628	3.830	3.628
Pis a recolher	828	786	828	786
Demais impostos federais a pagar	326	1.023	326	1.023
Impostos sobre medições (ii)	2.568	2.230	2.568	2.230
Parcelamentos de tributos federais (i)	7.277	10.417	7.277	10.417
Outros impostos	354	637	401	633
Total passivo	15.183	18.721	15.230	18.717
Parcela classificada no passivo circulante	10.263	12.062	10.310	12.058
Parcela classificada no passivo não circulante	4.920	6.659	4.920	6.659

(i) Refere-se a adesão ao PERT 10/11/2017 em 145 parcelas de impostos compreendidos entre os períodos de 2014 a 2017, consolidado em dezembro de 2018 pela Receita Federal. A Companhia vem atendendo integralmente as obrigações do referido parcelamento.

(ii) Referente a pis, cofins e iss sobre medições.

12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(i) Imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Ativo		
IRPJ e CSLL a compensar	140	47
Ativo circulante	140	47
Controladora e Consolidado	2025	2024

	2025	2024
Passivo		
IRPJ a recolher	439	1.386
CSLL a recolher	557	800
Total passivo	995	2.186

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Passivo		
Imposto diferido ativo		
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	3.402	3.706
Provisão perdas estoque	840	840
Outras provisões	1.860	354
Total ativo	6.102	4.900
Provisão sobre direitos contratuais	35.375	25.318
Total passivo	35.375	25.318
Total líquido passivo	29.273	20.418

i) Imposto de renda e contribuição social

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

(i) Refere-se a títulos de capitalizações e aplicações vinculados a empréstimos.
(ii) Mútuo com consórcio no Peru, destinado ao custeio das operações finais de encerramento. Contrato já encerrado.

14 Investimentos

Os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

(i) Composição dos saldos

	Saldo 2024	Resultado de equivalência 2025	Perda tradução investimentos no exterior	Adições (baixas/dividendos)	Controladora 2025	Consolidado 2025	Resultado de equivalência 2024
Perkons Andina SAC (Peru)	(60)	(4)	(21)	-	(84)	-	(11)
Sucursal Peru Callao	(821)	(211)	(62)	33	(1.061)	-	(370)
Investimento em SCPs (não ostensivo)	4.365	7.435	-	(7.191)	4.609	4.608	-
SCPs - sócia ostensiva	-	(11.676)	-	-	-	-	(11.593)
Outros	1.237	-	-	(257)	980	980	-
Total	4.721	(4.456)	(82)	(7.415)	4.444	5.588	(11.974)

	Saldo 2023	Resultado de equivalência 2024	Granho tradução investimentos no exterior	Adições/baixas	Controladora 2024	Consolidado 2024	Resultado de equivalência 2023
Perkons Andina SAC (Peru)	2.475	(11)	646	(3.170)	(60)	-	984
Sucursal Peru Callao	2.612	(370)	630	(3.693)	(821)	-	183
Investimento em SCP	1.267	-	-	3.098	4.365	4.365	-
Outros	2.718	-	-	(1.481)	1.237	1.237	-
Total	9.072	(381)	1.276	(5.246)	4.721	5.602	1.167

As movimentações destacadas incluem adições e baixas relacionadas às operações de investimento da Companhia, abrangendo o recebimento de distribuição de lucros e a realização de aportes em novas SCPs. Em 2024, a Companhia realizou o teste de impairment em conformidade com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e concluiu pela necessidade de constituir provisão para perda no valor recuperável correspondente a 100% dos investimentos mantidos no Peru.

ii) Informações das investidas

	Perkons			
	Perkons Andina 2025	Perkons Andina 2024	Sucursal Peru 2025	Sucursal Peru 2024
Ativos circulantes	3.149	3.172	3.704	3.710
Ativos não circulantes	-	1	16	17
Passivos circulantes	65	64	1.013	780
Passivos não circulantes	-	-	73	73
Receitas do exercício	-	-	7	161
Custos do exercício	-	-	-	(519)
Despesas do exercício	(4)	(12)	(218)	(3)
Lucro / prejuízo da investida no exercício	(4)	(12)	(218)	(361)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	3.084	3.109	2.634	2.874
Participação no capital social no final do exercício	99%	99%	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	2%	2%	1%	2%

15 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens.

A composição dos saldos do imobilizado são as seguintes:

i) Composição do saldo do imobilizado

	Depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Controladora		Consolidado	
				2025 Líquido	2024 Líquido	2025 Líquido	2024 Líquido
Veículos	20	2.066	(2.066)	-	40	-	40
Móveis e utensílios	10	1.467	(963)	504	374	504	374
Máquinas e equipamentos	20	179.674	(130.499)	49.174	50.540	49.185	50.540
Computadores e periféricos	20	6.686	(5.610)	1.076	1.161	1.076	1.161
Ferramentas e acessórios	10	64	(47)	17	6	17	6
Outros	10	-	-	-	-	-	11
Direito de uso - imóveis	20	1.906	(640)	1.266	1.303	1.266	1.303
Imobilizado em andamento (i)	-	1.296	-	1.296	493	1.296	493
Total		193.160	(139.827)	53.334	53.917	53.344	53.928

(i) Refere-se a contratos em fase de implantação

ii) Movimentação do custo do imobilizado

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Custo	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Custo	Custo
Veículos	2.066	-	-	-	2.066	2.066	2.066	2.066
Móveis e utensílios	1.247	331	(56)	-	1.522	1.522	1.522	1.522
Máquinas e equipamentos	162.932	14.914	(460)	2.288	179.674	179.684	179.684	179.684
Computadores e periféricos	6.086	563	(18)	-	6.632	6.632	6.632	6.632
Ferramentas e acessórios	47	17	-	-	64	64	64	64
Direito de uso - imóveis	1.744	163	-	-	1.907	1.907	1.907	1.907
Imobilizado em andamento	493	3.090	-	(2.288)	1.296	1.296	1.296	1.296
Total	174.615	19.079	(534)	-	193.161	193.171	193.161	193.171

(i) Refere-se a contratos em fase de implantação

iii) Movimentação da depreciação do imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
Veículos	(2.066)	-	(2.066)	(2.066)	(2.066)	(2.066)
Móveis e utensílios	(873)	(92)	2	(963)	(963)	(963)
Máquinas e equipamentos	(112.392)	(18.456)	309	(130.539)	(130.539)	(130.539)
Computadores e periféricos	(4.925)	(702)	17	(5.610)	(5.610)	(5.610)
Ferramentas e acessórios	(40)	(7)	-	(47)	(47)	(47)
Direito de uso - imóveis	(440)	(200)	-	(640)	(640)	(640)
Total	(120.696)	(19.457)	328	(139.825)	(139.825)	(139.825)

(i) Refere-se a contratos em fase de implantação

ii) Movimentação da amortização do intangível

	Controladora			Consolidado		
	2023	Adições	2024	2023	Adições	2024
Softwares	2.255	-	2.255	2.255	-	2.255
Marcas e patentes	48	-	48	48	-	48
Projeto desenvolvimento	14.002	2.929	16.931	16.931	-	16.931
Outros	24	-	24	24	-	24
Total	16.329	2.929	19.258	19.258	-	19.258

(i) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos e a finalização é em média de 5 anos.

iii) Movimentação da amortização do intangível

	Controladora			Consolidado		
	2023	Adições	2024	2023	Adições	2024
Softwares	(2.235)	(20)	(2.255)	(2.255)	-	(2.255)
Custos iniciais de contratos	(8.601)	(1.718)	(10.319)	(10.319)	-	(10.319)
Projeto desenvolvimento	(10.836)	(1.738)	(12.574)	(12.574)	-	(12.574)
Total	(21.872)	(3.476)	(25.349)	(25.349)	-	(25.349)

(i) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos e a finalização é em média de 5 anos.

17 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Fornecedores nacionais	5.630	6.330
Partes relacionadas	99	760
Total	5.729	7.090

(i) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos e a finalização é em média de 5 anos.

18 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Tipo/Instituição	% médio Juros aa	Garantias	Vencimento final	2025			
				2024	2025	2025	2024
Bradesco - Capital de Giro	1,12%	Aval	2030	9.494	12.994	9.494	12.994
Itaú - Capital de Giro (i)	1,30%	Aval - Acionistas	2029	22.581	14.725	22.654	14.725
Caixa - Capital de Giro	1,30%	Aval - Acionistas	2029	2.539	5.709	2.539	5.709
Daycoval	1,65%	Aval - Títulos	2025	-	282	-	282
Banco ABC - Capital de Giro	0,33%	-	2026	327	2.076	327	2.076
Santander	1,45%	Aval	2026	1.347	4.983	1.347	4.983
Bocom	1,39%	Aval	2028	3.417	4.463	34.419	4.463
Mútuo Stran (ii)	1,00%	-	2025	-	6.542	-	6.615
Total				39.705	51.774	39.780	51.847
Circulante				13.548	25.786	13.548	25.786
Não circulante				26.158	25.988	26.232	26.061
Total				39.705	51.774	39.780	51.847

(i) Em 10 de novembro de 2025, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú, operação de Nota de Crédito Comercial, em série única, para colocação privada, no montante de R\$ 7.000,00, destinada ao reforço de capital de giro e à gestão de suas necessidades financeiras, em condições usuais de mercado.

(ii) Em 2025, foi realizada a compensação do saldo de 2024 com valores a receber que a Companhia possuía junto ao mesmo parceiro, decorrentes da venda de ativo imobilizado. Cronograma de pagamento das parcelas classificadas no não circulante:

	Controladora	Consolidado
2027	12.159	12.231
2028	8.980	8.980
2029	4.560	4.560
2030	459	459
Total	26.158	26.230

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Amortização acumulada	Total	Total	Total	Total
Softwares	43	68	43	68
Marcas e patentes	48	48	48	48
Projeto - desenvolvimento	7.237	6.312	7.264	6.312
Outros	20	21	-	33
Total	7.348	6.449	7.355	6.461

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Empréstimos e financiamentos		Pagamentos de Provisão de juros		Pagamento de juros		Consolidado	
	Saldo em 2024	Saldo em 2025	Saldo em 2024	Saldo em 2025	Saldo em 2024	Saldo em 2025	Saldo em 2024	Saldo em 2025
Capital de giro	45.232	20.679	(26.206)	5.612	(5.612)	39.705	39.778	39.778
Cartão BNDES	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo Mútuo Stran	6.542	-	(6.542)	-	-	-	-	-
Total	51.774	20.679	(32.748)	5.612	(5.612)	39.705	39.778	39.778

	Empréstimos e financiamentos		Pagamentos de Provisão de juros		Pagamento de juros		Consolidado	
	Saldo em 2023	Saldo em 2024	Saldo em 2023	Saldo em 2024	Saldo em 2023	Saldo em 2024	Saldo em 2023	Saldo em 2024
Capital de giro	63.651	15.179	(33.598)	8.973	(8.973)	45.232	45.306	45.306
Cartão BNDES	32	-	(32)	-	-	-	-	-
Empréstimo Mútuo Stran	12.446	-	(5.904)	-	-	6.542	6.541	6.541
Total	76.129	15.179	(39.534)	8.973	(8.973)	51.774	51.847	51.847

Compromissos ("covenants financeiros")
Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital do Grupo, entre outras coisas, visa assegurar que cumpra com os compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital. As violações no cumprimento dos covenants financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos. A Companhia possui apenas um contrato nessas condições, firmado com o banco Bocom. No exercício, não houve qualquer violação dos covenants financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, estando todos eles atendidos.

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Faturamento antecipado	412	486	412	486
Provisões encontro de contas - Consórcios (i)	8.333	5.674	8.355	5.674
Provisão de dividendos a pagar	138	103	138	103
Contas a pagar Consórcio Peru	4.219	2.570	4.219	2.570
Provisão para contingências	-	148	-	168
Total	13.102	8.981	13.125	9.001

(iii) A Companhia participa de consórcios, conforme mencionado na nota de contexto operacional, e os projetos desenvolvidos nessa estrutura demandam encontros de contas entre as empresas consorciadas. Enquanto tais encontros permanecem em andamento, a Companhia reconhece provisão para esses gastos em observância ao regime de competência.

20 Contingências

O Grupo possui ações judiciais ou processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2025, com base em informações de seus assessores jurídicos, não foi necessária a constituição de provisão para os processos com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2025 existiam ações impetradas contra o Grupo consideradas de perda provável pelos seus consultores jurídicos que totalizam R\$ 5.593 (R\$ 9.591 em 2024).

A composição de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 ficou em R\$ 9.430 (em 31 de dezembro de 2024 não possuía valores a serem divulgados).

Os depósitos judiciais realizados em 2025, são decorrentes do mandado de segurança nº 5032562-37.2024.4.04.7000, por meio do qual requereu o reconhecimento do direito líquido e certo da Companhia de aderir ao Edital de Transação por Adesão nº 1/2024.

Processo que deu origem aos depósitos judiciais: em 201

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

foi adotado o critério de 5% sobre o lucro líquido do exercício de 2025.

(iv) *Reserva de lucros*

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia.

(v) *Dividendos*

O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 25% a seus acionistas. Por meio da 83ª Assembleia Geral Extraordinária, aprovada em 10 de dezembro de 2025, foram aprovados R\$ 19.788 em dividendos no ano (R\$ 9.991 em 2024). Durante o ano de 2025 foram distribuídos R\$ 14.827 (R\$ 14.503 em 2024) a título de dividendos.

(vi) *Ajuste de conversão*

A Companhia reconhece o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

22. Receita líquida de vendas

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno				
Venda de produtos	7.242	23.026	7.242	23.026
Prestação de serviço	173.163	168.863	173.163	168.864
Locação de equipamentos	18.104	14.089	18.104	14.089
Mercado externo				
Venda de equipamentos	241	58	241	58
Prestação de serviço	-	-	6	161
Receita bruta de serviços e vendas	198.749	206.036	198.755	206.198
(-) Impostos sobre faturamento	(22.702)	(23.549)	(22.702)	(23.549)
(-) Cancelamentos de serviços	(249)	(947)	(249)	(947)
Receita líquida de serviços e vendas	175.798	181.540	175.804	181.702

23. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos				
Pessoal	(25.850)	(22.360)	(25.850)	(22.360)
Gastos com contratação de serviços	(14.338)	(15.779)	(14.338)	(15.779)
Depreciação e amortização	(19.060)	(14.563)	(19.060)	(14.563)
Aluguel de equipamentos	(11.563)	(11.118)	(11.563)	(11.118)
Custo dos produtos vendidos	(12.330)	(13.193)	(12.330)	(13.193)
Outros	(11.411)	(22.679)	(11.411)	(23.198)
	(94.552)	(99.692)	(94.552)	(100.211)

24 Despesas administrativas e comerciais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas administrativas				
Pessoal	(5.583)	(6.113)	(5.583)	(6.113)
Gastos com contratação de serviços	(13.713)	(7.069)	(13.713)	(7.069)
Depreciação e amortização	(2.107)	(2.109)	(2.107)	(2.109)
Venda de ativo imobilizado	6.631	-	6.631	-
Outros	(3.321)	(6.533)	(3.538)	(6.553)
	(18.093)	(21.823)	(18.310)	(21.844)

Despesas comerciais

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Pessoal	(933)	(484)
Gastos com contratação de serviços	(2.358)	(2.720)
Depreciação e amortização	(30)	(19)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.825)	(5.134)
Outras	(686)	(881)
	(7.832)	(9.239)

25 Receitas (despesas) financeiras

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	56	17
Rendimento de aplicações financeiras	931	990
Receita com variações cambiais	996	568
Atualização monetária - valores a receber - DNIT (i)	5.568	25.762
	7.551	27.337

(i) Atualização financeira dos valores a receber do DNIT, referente a reajustes por serviços prestados com o respectivo órgão público, os quais encontram-se atualmente em discussão judicial. Para mais detalhes, veja a nota explicativa 9.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Despesa com atualizações monetárias	(1.558)	(990)	(1.558)	(990)
Juros e multas s/ títulos pagos c/ atraso	(136)	(152)	(136)	(152)
Despesas com tarifas	(468)	(256)	(468)	(256)
Despesas com juros de empréstimos e financiamentos	(5.627)	(8.102)	(5.627)	(8.102)
IOF	(346)	(320)	(346)	(320)
Despesas com variações cambiais	(150)	(5)	(150)	(5)
Outras despesas financeiras	(55)	595	(59)	591
	(8.340)	(9.230)	(8.344)	(9.234)
Resultado financeiro, líquido	(789)	18.107	(793)	18.103

26 Partes relacionadas

i) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é composto por dois Diretores. O montante referente à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a título de benefícios mais impostos de curto prazo foi de R\$ 6.791 (R\$ 1.879 em 2024). Em 2025, foram pagos valores referentes a contratos de Incentivos de Longo Prazo estritamente relacionados a bônus por atingimento de metas e determinados critérios de desempenho.

O Grupo mantém transações comerciais com empresa considerada parte relacionada. As operações realizadas no curso normal dos negócios incluem, principalmente, prestação e contratação de serviços e locação de equipamentos. Tais transações são celebradas em condições e valores reconhecidos de acordo com os termos contratuais estabelecidos entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos ativos e passivos decorrentes dessas operações, quando existentes, estão apresentados nas respectivas rubricas das demonstrações financeiras.

27. Instrumentos financeiros

a) *Classificações contábeis e valores justos*

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e 2024 e correspondem, substancialmente, ao seu valor justo. Os principais instrumentos financeiros da Controladora são os seguintes:

	Nota	Ativos financeiros		Passivos financeiros		Consolidado	
		a custo amortizado	a custo amortizado	Total contábil	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Em 31 de dezembro 2025							
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa		7.026	-	7.026	7.026	7.042	
Contas a receber de clientes		183.898	-	183.898	183.898	183.898	
Outros créditos		22.488	-	22.488	22.488	22.488	
		213.412	-	213.412	213.412	213.429	

	Nota	Ativos financeiros		Passivos financeiros		Consolidado	
		a custo amortizado	a custo amortizado	Total contábil	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Em 31 de dezembro 2024							
Custo amortizado							
Fornecedores		-	5.729	5.729	5.729	5.729	
Empréstimos e financiamentos		-	39.705	39.705	39.705	39.705	
Passivos de arrendamento		-	1.443	1.443	1.443	1.443	
Outras contas a pagar		-	11.707	11.707	11.707	11.707	
		-	58.584	58.584	58.584	58.584	

	Nota	Ativos financeiros		Passivos financeiros		Consolidado	
		a custo amortizado	a custo amortizado	Total contábil	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Em 31 de dezembro 2024							
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa	8	10.741	-	10.741	10.741	10.759	
Contas a receber de clientes	9	178.809	-	178.809	178.809	178.809	
Outros créditos	13	27.962	-	27.962	27.962	27.962	
		217.512	-	217.512	217.512	217.530	

b) *Gerenciamento dos riscos financeiros*

i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

A Diretoria Financeira do Grupo tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

ii) *Riscos de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no exercício foram divulgadas na nota explicativa 9.

Contas a receber de clientes

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, o Grupo monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Avaliação da perda esperada de crédito

O Grupo utiliza uma análise individual para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes. O Grupo não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada.

A provisão é calculada com base na avaliação individual de cada tipo de contrato de cliente, agindo do saldo vencido e na experiência real de perda de crédito nos últimos doze meses, inclui informação quantitativa e qualitativa e análises, com base na experiência histórica do Grupo, avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

Após análise qualitativa, efetuamos paralelamente uma análise quantitativa, na qual calculamos o percentual médio histórico de reconhecimento de perda esperada de crédito e aplicamos a nossa carteira de clientes.

Titulos de dívida

A política do Grupo para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito. Ainda, o Grupo monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros da Controladora na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	Fluxos de caixa contratuais			
	Valor contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Financiamentos e empréstimos	39.705	13.548	21.139	5.019
Fornecedores	5.729	5.729	-	-
Passivos de arrendamento	1.443	1.443	-	-

	Fluxos de caixa contratuais			
	Valor contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Financiamentos e empréstimos	51.774	25.786	23.257	2.731
Fornecedores	7.090	7.090	-	-
Passivos de arrendamento	1.415	1.415	-	-

(iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, e taxas de juros irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ativos e passivos vinculados a diferentes tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto das variações nas taxas de juros anuais apenas sobre as posições expostas a essas oscilações. A Companhia entende que essa análise é adequada e suficiente para os propósitos estabelecidos.

Análise de sensibilidade

	Indexador	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras						
	CDI	Baixa do CDI				
	(14,32%)		575	82	103	154
Perda no resultado						
					(21)	(51)
Empréstimos e financiamentos						
	CDI	Aumento do CDI				
	(14,32%)		39.778	5.696	7.120	10.680
Perda no resultado						
					(1.424)	(3.560)

28 Gerenciamento de capital

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo), instrumentos financeiros derivativos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira da Controladora em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

	2025		2024	
	Conso-lidado	Conso-lidado	Conso-lidado	Conso-lidado
Total dos empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento	39.705	51.774	39.778	51.847
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.026)	(10.741)	(7.042)	(10.759)
Dívida líquida	32.679	41.033	32.736	41.088
Total do patrimônio líquido	196.038	162.693	196.038	162.693
Índice de alavancagem financeira (i)	17%	25%	17%	25%

(i) O índice de alavancagem financeira é calculado através da dívida líquida dividida pelo capital total.

29. Cobertura dos seguros - não auditado

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

i) *Seguro Companhia*

Vigência: a partir das 24h do dia 13/07/2025 até as 24h do dia 13/07/2026.

	Limite Máximo de Indenização (R\$)	Prêmio por Cobertura (R\$)
Coberturas / Riscos Cobertos		
Danos Elétricos	100.000	2.445,81
Despesas Fixas	600.000	258,12
Avarias de Máquinas e Equipamentos	100.000	92,40
Incêndio e Complementares	8.000.000	6.195,13
Quebra de Vidros e Anúncios Luminosos e Mármore	25.000	173,12
Responsabilidade Civil	200.000	725,36
Roubo	50.000	675,28
Vendaval, Furacão, Ciclone, Granizo e Tornado	500.000	3.460,89
		14.026,11

Diretoria	
Régis Eidi Nishimoto CFO	Jonas de Oliveira Dionisio Contador CRC-RJ 110739/O-1 T-PR

Museu da Sanepar abrirá também aos domingos a partir do dia 26

O Museu do Saneamento da Sanepar passará a receber visitantes também aos domingos, a partir de 26 de abril. A ampliação do funcionamento atende uma solicitação do próprio público. O local funcionará de terça a domingo, das 9h às 17h, com entrada permitida até as 16 horas. Neste ano, o espaço já recebeu mais de 8 mil visitas, com uma média de 200 pessoas por dia.

Foto: Andre Thiago/Sanepar



O museu foi inaugurado em 2014. A visitação já começa com a observação da fachada modernista do prédio. A edificação, de grande valor histórico, está formalmente inscrita como uma Unidade de Interesse de Preservação do Município (UIP) por se tratar da primeira Estação de Tratamento de Água de Curitiba – a ETA Tarumã. Inaugurada em 1945, a ETA foi desativada em 2004. Inicialmente, o Museu funcionava apenas em horário comercial, de segunda a sexta-feira. Havia uma exposição de

longa duração de painéis, objetos e elementos ligados à história do saneamento, como a carroça utilizada nos primórdios do serviço de esgotamento em Curitiba, materiais de fundição de tubulações de ferro e uma das lambretas da Sanepar. Em junho de 2022, parte desses elementos passou a ocupar uma área do piso inferior da ETA Tarumã, junto a um núcleo especializado na história do saneamento no mundo, no Brasil e no

Paraná, incluindo uma exposição sobre a própria ETA Tarumã. Na parte superior do prédio foi aberta a nova exposição de longa duração, denominada “Planeta Água”, com mais recursos tecnológicos e uma abordagem multidisciplinar sobre a água. As visitas ao Museu são gratuitas e devem ser agendadas para grupos a partir de cinco pessoas pelo site www.museuplanetaagua.org.br. Acesse o campo “Agende sua visi-

ta” e confira as datas e os horários disponíveis. É possível fazer visitas individuais ou em pequenos grupos de forma espontânea, sem agendamento. Em dias de lotação, há fornecimento de senhas no local. O acesso ao Museu é apenas para pedestres pela Avenida Victor Ferreira do Amaral, 1.760, no bairro Tarumã, em Curitiba. O local não possui estacionamento para visitantes. (AENPR)

Publicidade Legal

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
 CNPJ/MF nº 11.489.312/0001-27 - NIRE 353.006.694.52
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2025
1. Data, Horário e Local: Realizada em 17 de julho de 2025, às 08h00, na sede social da Atlantic Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas nº 14.171, 18º andar, salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Edifício Rochaverá, Corporate Towers, Torre Crystal, Bairro Vila Gertrudes, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000.
2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, com base no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença dos Acionistas.
3. Mesa: Presidente: Zhigang Yao; Secretária: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha.
4. Ordem do dia: Deliberar sobre: (I) Indicação de novos membros da diretoria; (II) Autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações descritas nos itens acima.
5. Deliberações: Primeiramente, as acionistas da Companhia aprovam a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A. A acionista única da Companhia examinou os itens constantes da ordem do dia e deliberou, por unanimidade de votos em:
5.1. Aprovar a indicação a seguir: (I) Sra. **MIAN WU**, chinesa, casada, executiva, portadora do passaporte chinês nº PE2084958, domiciliada na 6G North Building, Mingyue Garden, Fuhao Street, District Fubao, Cidade de Shenzhen, Província de Guangdong, China; e (II) Sr. **PAN ZHAO**, chinês, casado, executivo, portador do passaporte chinês nº PE2043014, domiciliado na Grand Garden, Shenzhen City, Guangdong Province, China; para exercerem o cargo de **Diretor sem Designação Específica** da Companhia, pelo prazo de 1 (um) ano, cuja posse ficará condicionada a obtenção de autorização de residência no Brasil, permitindo o exercício de suas funções, nos termos da Resolução Normativa nº 11/2017 do Conselho Nacional de Imigração.
5.2. Autorizar que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima.
6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes.
7. Assinaturas: Mesa: Presidente: Zhigang Yao; Secretária e Advogada: Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha; Acionista: CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., por Zhigang Yao e Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha, Diretores.
 Certifico que a presente é cópia fiel, lavrada em livro próprio e assinada pelos acionistas da Companhia. São Paulo/SP, 17 de julho de 2025.
Mesa:
ZHIGANG YAO - Presidente da Assembleia, **SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA** - Secretária da Assembleia e Advogada OAB/PR 47904
Acionista:
CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A., ZHIGANG YAO - Diretor e **SILVIA HELENA CARVALHO VIEIRA DA ROCHA** - Diretor. Arquivado na JUCESP, sob o protocolo nº 2.619.332/25-4, em 05/08/2025, e selo 268.480/25-4, por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CGN BRASIL ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ/MF nº 31.973.393/0001-43 - NIRE nº 35300533593
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 31 de dezembro de 2025, às 07:30, na sede da CGN Brasil Energia e Participações S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço Avenida Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, salas 1801, 1802, 1803 e 1804, Edifício Rochaverá Corporate Towers, Torre Crystal, CEP 04794-000 (“Companhia”).
CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/1976 (“Lei das Sociedades Anônimas”).
MESA: Presidente: Sr. Zhigang Yao - Secretário: Peng Shen
ORDEM DO DIA: (i) Aprovação da lavratura da ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas, nos termos do art. 130 da Lei das S.A. (ii) Apreciar o balanço intermediário da companhia levantado em 31 de dezembro de 2025, elaborado nos termos do artigo 204 da Lei nº 6.404/76; (iii) Deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, com base nos lucros apurados no referido balanço intermediário; (iv) Autorizar a administração a praticar os atos necessários à implementação das deliberações.
DELIBERAÇÕES: Os acionistas presentes à Assembleia, tomaram as seguintes deliberações: (i) Aprovar, por unanimidade, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 e seus §§, da Lei das Sociedades por Ações. (ii) Apreciar e aprovar, por unanimidade, depois de examinados e discutidos, o balanço intermediário levantado em 31 de dezembro de 2025, elaborado nos termos do artigo 204 da Lei nº 6.404/76. (iii) Aprovar, por unanimidade, a distribuição de dividendos intermediários, com base nos lucros apurados no referido balanço intermediário, no valor total de **R\$ 188.595.633,68 (Cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos)**, a ser distribuído aos acionistas na proporção de suas participações, sendo:
 (a) **R\$ 121.983.655,86 (Cento e vinte e um milhões, novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)** para a Acionista **CGN Energy UK One Limited**;
 (b) **R\$ 19.463.069,40 (Dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, sessenta e nove reais e quarenta centavos)** para a Acionista **CGN Energy UK Two Limited**; e
 (c) **R\$ 47.148.908,42 (Quarenta e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, novecentos e oito reais e quarenta e dois centavos)**, para a Acionista **Cattleya Investment PTE. LTD.**
 (iv) Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários para cumprir a deliberação acima.
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.
ASSINATURAS: Mesa: Presidente: Zhigang Yao; Secretário: Peng Shen; Acionistas: CGN ENERGY UK ONE LIMITED, CGN ENERGY UK TWO LIMITED, e CATTLEYA INVESTMENT PTE. LTD.
 Certifico que a presente ata é cópia fiel transcrita em livro próprio. São Paulo, 31 de dezembro de 2025.
Mesa:
ZHIGANG YAO Presidente Peng Shen Secretário da Assembleia
 Arquivado na JUCESP, sob o protocolo nº 0.453.106/26-2, em 02/02/2026, e selo 103.330/26-4, por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

O MELHOR ESTÚDIO DE ALAGOAS

Aqui criamos o seu Podcast do Zero
CONQUISTE SUA AUTORIDADE NO DIGITAL

Entre em contato
82 98113-8668

MAUER
Corretora de seguros

A sua segurança em PRIMEIRO LUGAR

SEGURO DE AUTOMÓVEIS

SEGURO DE CAMINHÕES

SEGURO DE MOTOS

SEGURO DE BICICLETAS

MAUER CORRETORA DE SEGUROS
DESDE 2019

100%

ON-LINE

SOLICITE ORÇAMENTO
PELO TELEFONE/
WHATSAPP:

(41) 3387-8350

Fazemos seguros para todos os tipos de veículos.

WWW.MAUERSEGUROS.COM.BR

OFICINA E PEÇAS PARA CAMINHÕES

Está procurando uma mecânica de qualidade para fazer a manutenção da sua frota?

MKG DIESEL OFERECE:

► Profissionais capacitados

► Peças com qualidade e garantia

► Preço justo

Faça seu orçamento sem compromisso

[41] 3011-1872 | 99189-8630

Rua Leonor Negrelo Baldan, 55 - Bairro Tatuquara - Curitiba